

ÓBIDOS - REDE DE INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO

ESTUDO DE ÂMBITO ARQUEOLÓGICO DO CONCELHO DE ÓBIDOS



Vol. 1

Contextualização, Interpretação e Fichas de Sítio

2005 – 2008

Coordenação:

Isabel Cristina F. Fernandes

José Beleza Moreira

Luís Raposo

Equipa de campo:

João Nunes

Michelle Santos

Ricardo Silva

Silvério Figueiredo

Jacinta Costa

José Carvalho

1. INTRODUÇÃO

As prospeções para a carta arqueológica de Óbidos iniciaram-se em Setembro de 2005, sob a coordenação geral e para os períodos Medieval e Moderno de Isabel Cristina Ferreira Fernandes, para a Pré-História sob a coordenação de Luís Raposo e, para o período Romano, de José Beleza Moreira. A coordenação dos trabalhos em campo ficou a cargo dos arqueólogos João Nunes e Michelle Santos, que com os arqueólogos Ricardo Silva, Silvério Figueiredo e os técnicos Jacinta Costa e José Carvalho completavam a equipa de terreno. Para a numismática medieval a equipa contou com a participação especializada de Mário Jorge Barroca¹.

Os desenhos de peças pré-históricas foram elaborados, na sua maioria, por Fernanda Boto e alguns por Jacinta Costa. O espólio cerâmico e de pedra polida foi desenhado por Sara Almeida. Os desenhos de campo estiveram a cargo de Jacinta Costa e Michelle Santos. Quanto aos registos fotográficos, em campo e laboratório, devem-se a João Nunes.

A prospeção arqueológica prolongou-se até Dezembro de 2006, sendo precedida por exaustiva pesquisa bibliográfica e toponímica, recolha e análise de cartografia diversa, análise da geologia da área a prospectar e contactos com as populações e os autarcas das freguesias para recolha de informações. A pesquisa bibliográfica realizou-se em Coimbra (Instituto de Arqueologia, Instituto de Antropologia e Biblioteca Central), no IPA e na biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia. Foram também consultadas várias publicações recentes, de âmbito histórico, sobre o Concelho de Óbidos. No decurso dos trabalhos solicitou-se a colaboração do Grupo de Espeleologia de Óbidos, que nas décadas de 80-90 do século XX identificou alguns achados arqueológicos, bem como de outros arqueólogos que trabalharam na região.

Finalmente, entre Janeiro de 2007 e Junho de 2008, concluíram-se os trabalhos de campo, com saídas pontuais, e desenvolveram-se os trabalhos de sistematização dos dados recolhidos, o trabalho de gabinete (tratamento, inventariação classificação e desenho de espólio) e a elaboração do relatório final.

¹ Arqueólogo e docente na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

2. METODOLOGIA

A metodologia aplicada nas prospeções viu-se condicionada às condições de visibilidade do terreno, às quais foi dada uma de três gradações: boa, média e reduzida. O grau de boa visibilidade foi aplicado em pomares, terrenos arados ou com vegetação rasteira e reduzida, onde se obtinha total visibilidade do solo, recorrendo-se à prospeção sistemática intensiva, com distância média entre prospector de 2 a 7 metros. A visibilidade média respeita a zonas de intenso eucaliptal, floresta e áreas de vegetação média/alta que, embora não proporcionasse uma total visibilidade do solo, permitia regra geral visualizar a sua superfície, viabilizando a aplicação dos parâmetros da prospeção sistemática extensiva, compreendendo uma distância entre prospector dos 7 a 20 metros. Finalmente, com visibilidade reduzida ou nula, definiram-se áreas de intensa e cerrada vegetação arbustiva, eucaliptais e floresta, terrenos baldios e terrenos de agricultura intensiva, nos quais não era possível observar a superfície do terreno. Nesta categorização integram-se ainda os terrenos para os quais a equipa não obteve autorização dos proprietários, terrenos vedados e zonas de impossível acesso por outros motivos.

Durante a prospeção foi utilizado o ortofotomapa fornecido pelo SIG da Câmara Municipal de Óbidos, onde eram assinaladas as áreas prospectadas, as condições de visibilidade, as áreas de dispersão dos materiais e a numeração sequencial dos achados arqueológicos. A partir destes dados elaborou-se um mapa de condicionantes que permite perceber onde e como foi desenvolvida a prospeção no concelho de Óbidos.

A numeração dos sítios foi feita em sequência de registo em campo, sem atender a agrupamentos de ordem geográfica ou cronológica, e é por essa ordem que são apresentadas as fichas neste estudo. Nessas fichas normalizadas foram registados e descritos os sítios e os achados. A geo-referenciação dos sítios/achados foi maioritariamente obtida através de GPS *Magellan*, modelo *SporTrak Pro*, com o sistema de coordenadas Gauss, DATUM 73 e UTM, WGS 84. Quando não foi possível utilizou-se as aplicações informáticas Mr. Sid e Geomedia Pro e o sistema de conversão de coordenadas do Instituto Geográfico do Exército (IGEO).

Paralelamente aos trabalhos de campo, às entrevistas locais, ao contacto com outros arqueólogos e à pesquisa bibliográfica mencionados na introdução, outra das fontes fundamentais de informação foi a consulta das colecções do Museu Nacional de Arqueologia e Museu Geológico (INETI). Importante foi o acesso, no Museu Nacional de Arqueologia, aos ainda inéditos cadernos de campo de Manuel Heleno, precursor do estudo arqueológico sistemático do Concelho de Óbidos. Nestes museus identificaram-se inúmeros sítios que se mantêm inéditos, para os quais se procurou estabelecer, sempre que possível a associação com os achados entretanto localizados durante as

propsecções para a Carta Arqueológica. Georeferenciaram-se ainda os achados que não foram confirmados no terreno mas cujas descrições e toponímia o permitiram, ficando por localizar apenas uma minoria. Durante a fase de pesquisa documental foram ainda consultados os processos relativos a trabalhos arqueológicos no concelho de Óbidos arquivados no então Instituto Português de Arqueologia.

Face ao manancial de informação fornecido pelas várias fontes, tornou-se necessário criar uma base de dados de larga abrangência, para integração de todos os resultados obtidos. Esta base de dados é o sustentáculo de todo o trabalho desenvolvido em colaboração com o SIG, tendo sido possível a explicitação dos resultados sobre cinco suportes diferentes: Ortofotomapa; Carta Militar de Portugal; Base Hidrográfica, Base Hipsométrica e Base Orográfica. Lamenta-se no entanto a impossibilidade de, em tempo útil, se georeferenciar a Carta Geológica, de grande utilidade para a compreensão da dispersão dos achados da Pré-História.

O trabalho de gabinete compreendeu o tratamento, inventário e acondicionamento de todo espólio recolhido. Durante o inventário do espólio foi seleccionado um conjunto das peças mais significativas de cada período, que se desenharam e fotografaram. As escalas que acompanham os desenhos e as fotos são constituídas por unidades de 1 cm.

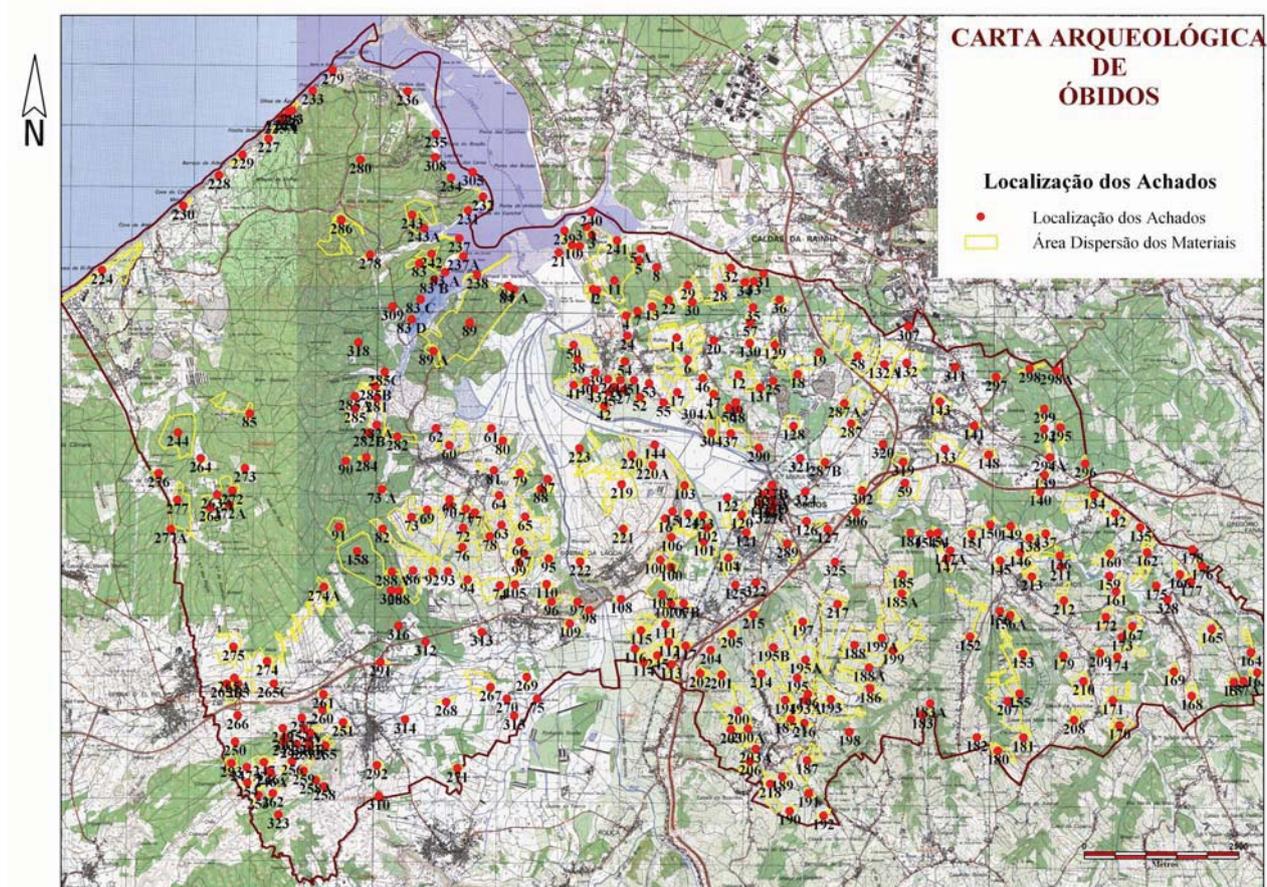


Fig. 1: Todos os achados e respectivas áreas de dispersão, sobre suporte Carta Militar de Portugal.

3. LEITURA DIACRÓNICA DO CONCELHO DE ÓBIDOS

Pré-História Antiga

Os mais antigos períodos da Pré-História, usualmente designados por Pré-história Antiga ou Pré-História *stricto sensu*, constituem, em termos quantitativos, a maior parte dos vestígios de presença humana detectados na região de Óbidos. No seu conjunto e muito embora, como indicaremos adiante, correspondam em elevada percentagem a testemunhos atribuíveis mais ao conceito amplo de “mancha de ocupação” do que ao de “sítio arqueológico” propriamente dito, constituirão também, talvez, a mais significativa ocorrência que os trabalhos de Carta Arqueológica puderam identificar, sendo de salientar que tal apenas foi possível devido ao desenvolvimento de um método de prospecção sistemática e à constituição de equipas integradas por prospectores especialmente vocacionados para o reconhecimento deste tipo de ocorrências.

Como se sabe, a Pré-História Antiga inclui os períodos do Paleolítico e do Mesolítico, ou seja, equivale à fase das sociedades de caçadores-pescadores e recolectores, organizados em bandos. O primeiro deste períodos, o Paleolítico – de muito longe o maior período da História Humana – corresponde em termos geo-clíaticos à chamada Idade Glaciária (Pleistocénico). Já o segundo, o Mesolítico, preenche as fases iniciais da chamada Idade Pós-Glaciária ou Actual.

Não é despicienda a recordação destes elementos básicos, posto que eles condicionam e explicam em grande medida quer a importância, quer as características concretas de visibilidade e distribuição espacial das ocupações humanas detectadas na zona objecto de prospecção.

Com efeito, é importante ter presente que durante a Idade Glaciária se sucederam fases climáticas mais frias (glaciares), intercaladas por outras de climas mais amenos, por vezes tão ou mais temperadas do que na actualidade (interestaduais e interglaciares). E ainda que a região de Óbidos nunca tenha estado directamente abrangida pela expansão de uma glaciação, ou seja, nunca tenha visto os seus solos cobertos por neves eternas, durante milénios, ela sofreu, como todas as demais numa escala planetária, os efeitos destas variações climáticas, especialmente significativas neste caso pela correlação existente com a variação dos níveis dos mares. Genericamente, pode dizer-se que quando o clima arrefecia (fase glaciária), os níveis dos mares desciam devido à retenção de enormes quantidades de água nos continentes (sob a forma de gelo e neve nas montanhas mesmo a baixa altitude), à diminuição muito sensível da água circulante em estado líquido (caudal dos rios e quantidades de precipitação) e ao aumento das calotes geladas nos oceanos, que no caso do

Atlântico poderiam atingir, sob a forma de icebergues soltos, as costas do Norte de Portugal. Durante o Máximo da Última Glaciação, há cerca de 20 mil anos, calcula-se que o Oceano Atlântico estaria cerca de 110 metros abaixo do nível actual; e durante uma fase interglaciar mais antiga, poderia, pelo contrário, ter subido a mais de 100 metros acima do nível actual.

As diferenças geográficas (orográficas e geomorfológicas) e obviamente paisagísticas (floras e faunas) originadas por tais alterações climáticas e geológicas são imensas, como se calcula. Durante fases glaciárias, quando o mar baixa de nível (regressões), estender-se-iam no litoral, muito adentro de áreas hoje cobertas pelo Oceano, territórios extensos, que poderiam atingir duas a três dezenas de quilómetros para além da linha de costa actual. Nestas alturas a lagoa de Óbidos deixaria certamente de existir enquanto tal, já que os cursos de água se encaixariam muito mais profundamente e se estenderiam pelo mar adentro. Ao invés, nas fases de avanço do nível de mar (transgressões) a lagoa daria lugar a verdadeiros mares interiores, que provavelmente uniriam diferentes zonas lacustres e poderiam ter mais do que uma saída para o Oceano. Importa, aliás, recordar a este respeito que já em períodos anteriores à existência humana, toda esta a região constituiu um imenso mar interior, um longo corredor aberto e profundo (um “vale tifónico”, usando a expressão de Paul Choffat, que precisamente se inspirou para esta designação geomorfológica no deus egípcio das profundas, *Tuphon* ou *Typhon*), que iria desde Óbidos até quase à Nazaré.

A existência de um grande mar interior, ou de lagoas e terrenos pantanosos em muito maior superfície do que conhecemos através dos registos históricos dos últimos séculos, juntando águas salgadas e águas doces, terá seguramente constituído um poderoso factor de atracção de animais e de caçadores humanos durante a Pré-História Antiga. Sabemos por exemplo que na zona existiam grandes herbívoros, como o rinoceronte ou o auroque, que foram encontrados na Gruta Nova da Columbeira, já no concelho de Bombarral, muito próximo do que seriam há cerca de 30 mil anos os limites meridionais da lagoa de Óbidos. Por outro lado, a latitude meridional, a baixa altitude e a moderação oceânica, fariam com que toda esta faixa litoral tivesse permanecido sempre, ao longo de toda a idade Glaciária, como região de clima relativamente benigno, onde se teriam refugiado, e sobrevivido sempre, espécies vegetais e animais de climas temperados, favorecendo também a presença humana. E se considerarmos especificamente a fase final da Pré-História Antiga, o Mesolítico, então poderemos aí reconhecer a ocorrência de um ambiente lacustre em crescimento permanente por efeito da subida do nível do mar, algo muito favorável ao tipo de economia deste período (de largo espectro e com uma componente significativa de recursos marinhos, sob a forma de moluscos ou peixes).

Aos factores anteriores acrescenta-se igualmente a natureza e estado de conservação das formações geológicas que representam o testemunho dos períodos em referência, nas quais se conservam os

importantes e vastos vestígios arqueológicos a que aludimos neste texto. Ainda que tivesse havido condições para uma efectiva ocupação humana da Pré-História Antiga nesta região, dela pouco restaria se não houvesse ocorrência de condições geológicas favoráveis à sua conservação.

Ora, importa neste plano considerar a existência de duas grandes unidades geológicas e geomorfológicas, susceptíveis ambas de conter importantes vestígios arqueológicos da Pré-História Antiga: os maciços rochosos periféricos da bacia (antigo mar, hoje lagoa de Óbidos) e a própria bacia sedimentar, onde se podem esperar encontrar depósitos fluviais, depósitos lacustres ou depósitos mistos, isto é, documentando dinâmicas fluvio-lacustres.

No que se refere aos maciços periféricos é de notar que mais uma vez, a natureza das formações geológicas é altamente propiciadora da conservação dos testemunhos de interesse arqueológico, posto que se trata de rochas facilmente dissolúveis por água (calcários, margas e outras rochas afins), nas quais se instalam redes cársticas importantes, dando origem a cavidades abertas para o exterior, susceptíveis de serem frequentadas pelos grupos humanos, para finalidades diversas, de vida quotidiana ou de uso ritual, incluso funerário. Estes ambientes são ainda, pela sua protecção natural e pelo seu teor altamente alcalino, muitíssimos favoráveis à conservação de vestígios orgânicos, como sejam os ossos dos animais ou os micro-restos vegetais).

No que respeita à formações sedimentares do exterior, elas constituiriam o verdadeiro centro de vida dos grupos humanos, mesmo os de bandos de caçadores do Paleolítico, já que a ideia do “homem das cavernas” constitui um mito romântico sem real conteúdo objectivo. Ora, neste caso pode esperar-se encontrar, em muito maior quantidade, testemunhos de presenças de todas as épocas, as quais serão maiores ou menores conforme a natureza mesma da ocupação aí verificada (que poderá ir de um mero episódio passageiro de abate de um animal, não deixando no terreno mais do que alguns artefactos, porventura abandonados por já não serem úteis), até à instalação real de acampamentos de base ou de zonas de obtenção de matéria-prima e talhe da pedra, locais onde obviamente se reconhecerão maiores quantidades de vestígios, resultantes quer da diversidade e duração das operações do quotidiano desenvolvidas, quer até de uma atitude mais perdulária perante os recursos disponíveis, quando os mesmos existam em abundância nos ditos locais (por exemplo, quando se explorem seixos rolados, disponíveis em quantidade numa cascalheira fluvial exposta numa qualquer vertente ou margem de rio ou de lago).

Em todo o caso, importa estar advertido para os ruídos ou para as lacunas de informação que necessariamente são induzidos quer pelo quadro geológico, quer pelos padrões de ocupação humana resumidos nos parágrafos anteriores.

Em primeiro lugar, deve salientar-se que a frequência repetida, durante muitos milénios, na verdade durante centenas de milhares de anos, dos mesmos territórios por parte de populações humanas tão

variáveis, há-de necessariamente conduzir a acumulações (palimpsestos) de vestígios, muitas vezes nos mesmos locais, sem que tenhamos em muitos casos condições de os discernir, como desejaríamos. Em segundo lugar, nunca se deve deixar de ter presente que grande parte dos territórios outrora frequentados pelos caçadores-recolectores estão hoje inacessíveis ao nosso olhar, tanto porque se encontram debaixo das águas do Atlântico, como porque estão cobertos por espessas camadas de sedimentos, acumulados nos vales fluviais e na grande bacia que constitui a lagoa de Óbidos. Finalmente, há que ter presente o efeito contrário ao da sedimentação, ou seja, o da erosão, que é muito sensível nos pontos mais elevados, mesmo no interior da bacia sedimentar, de tal modo que hoje, à superfície do terreno se podem acumular, por efeito de deflação, vestígios líticos correspondentes a camadas que outrora existiram, mas foram erosionadas, tendo apenas das mesmas subsistido em cada local as suas fracções mais pesadas, como por via de regra são os clastos, entre os quais os seixos rolados, abundantemente usados para o fabrico de instrumentos.

São imensas, como se verifica, as dificuldades e numerosas as variáveis a analisar quando se descobrem alguns, muitos ou poucos, artefactos líticos num qualquer local. E daí a prudência com que designamos os ditos locais (usando com frequência e expressão “mancha de ocupação” em vez de “sítio arqueológico”) e o cuidado posto na atribuição cronológico-cultural que lhe sugerimos (sendo comum a adjectivação “indiferenciado”, aposta a períodos concretos, Paleolítico Inferior por exemplo, ou até a uma grande divisão, como pode ser a Pré-História Antiga no seu todo). Apenas quando possuímos elementos de diagnose seguros (geralmente de natureza tipológica) ousámos no nosso trabalho proceder a atribuição cultural específica (Acheulense, Mustierense, etc.).

As opções que tomámos neste trabalho foram vincadamente as da realização de uma Carta Arqueológica, entendida como serviço público e elemento prévio a todo e qualquer subsequente projecto de investigação mais aprofundado. O volume de dados que apresentamos para a Pré-História Antiga é imenso. Não tivemos, minimamente sequer, a pretensão de o explorar no contexto deste trabalho. Mas temos plena consciência do potencial que encerra, seja no plano da observação das distribuições geográficas e da análise a escala regional (relacionando os locais uns com os outros e com variáveis tais como a orografia, a hidrografia, a natureza do suporte geológico, etc.), seja no plano de estudo detalhado (tecnológico, tipológico, micro-espacial) de alguns dos locais detectados, que bem merecem esse tipo de aproximação. Tudo isto poderá, e deverá, ser feito quer em perspectiva diacrónica (porventura a mais interessante como primeira aproximação esta realidade), quer em perspectiva sincrónica, dentro dos limites em que epistemológica e metodologicamente é possível considerar a sincronia quando se trata do Paleolítico em geral e especialmente de locais que facilmente correm o risco de configurar situações de palimpsesto, conforme já indicámos antes. Os dados empíricos de base passaram a existir; mas não falam por si. É agora a altura de haver quem os interroge.

Paleolítico Inferior

O mais antigo período da Pré-História, o Paleolítico Inferior, corresponde a um vastíssimo arco temporal, que vai desde as primeiras ocupações humanas do território até à emergência das primeiras formas humanas sapiens primitivas, que no caso europeu são representadas pelo “Homem de Neandertal” (*Homo neanderthalensis* ou *Homo sapiens neanderthalensis*).

Quem foram os primeiros habitantes, de quando datam, como se caracterizavam? Em rigor, não podemos responder ainda a estas questões, seja no plano local, seja no plano nacional. E temos também alguma dificuldade em sermos precisos na resposta a dar em planos mais amplos, ibérico ou europeu, embora aqui tenha na última década havido alguns progressos significativos de conhecimentos.

Dando por certa a origem africana de toda a humanidade, os primeiros grupos humanos poderão ter penetrado na Europa há mais de 1 milhão de anos. Antes até, quase há 2 milhões de anos, já eles estavam às portas do nosso continente, a Oriente, na Geórgia, no extremo setentrional do longo acidente tectónico que na África Oriental se chama de “Grande Rift” e se prolonga para Norte, ao longo do Próximo-Oriente (lago da Galileia, rio Jordão, etc.), até atingir as montanhas do Cáucaso, onde imediatamente a Sul, em Dmanisi, foi reconhecida a existência do pacote faunístico africano (incluído o Homem, afim do *Homo ergaster*), misturado com as faunas asiáticas e europeias.

O facto de estar às portas da Europa não quer dizer que o Homem aqui entrasse tão cedo e sobretudo que tivesse atingido tão precocemente a finisterra ocidental ibérica – a menos que pudesse ter vindo por Gibraltar, o que está longe de ser provado. Assim os mais antigos vestígios humanos ibéricos continuam a ser datáveis de há menos de 1 milhão de anos, sendo célebres os de Atapuerca, próximo de Burgos, atribuídos por alguns investigadores espanhóis a um suposto *Homo antecessor* – a população que estaria na base de todos os europeus e que poderia representar uma fase cultural muito primitiva, anterior a existência dos bifaces, ou seja, anterior ao Acheulense.

Ainda que assim tenha sido, não existem em Óbidos nenhuns vestígios dessa tão remota ocupação humana. Mas eles são abundantes, e mesmo muito significativos no plano nacional, relativamente ao referido Acheulense, ou Paleolítico Inferior Pleno.

O biface é talvez o mais emblemático instrumento do Paleolítico. E constitui uma das raras ferramentas pré-históricas para as quais não existem quaisquer paralelos etnográficos. Tratava-se de uma peça para usar não na mão, já que a técnica do encabamento de instrumentos não tinha ainda sido inventada no Paleolítico Inferior, por populações que genericamente se podem designar *Homo*

erectus, mas que na Europa são muitas vezes dita de *Homo heidelbergensis* ou ainda de “anteneandertais”. Era ainda, e de toda a evidência, já que existem bifaces de tamanhos e formas muito diferentes, um instrumento polivalente (um “faz-tudo” no dizer saboroso de Mestre Leite de Vasconcelos). Mas tinha uma característica fundamental, que o distinguia de tudo o que se fabricou antes e lhe conferia um estatuto humano acentuado: a estética funcional, ou seja, a aplicação à matéria-prima, neste caso à pedra, trabalhada por lascamento, de padrões mentais, conducentes à tipificação, à obtenção da melhor adequação entre forma e função. Pode dizer-se que o design começou com os bifaces, quando se criou um instrumento de fins múltiplos, com dois gumes convergentes para uma ponta, dentro de claro padrão de simetria bilateral e bifacial, por vezes executado com grande mestria.

Entre as restantes peças características do Acheulense merece também realce o machado de mão, um instrumento de concepção técnica e de tipologia bastante diversa da do biface. Contrariamente a este, o machado de mão terminava em gume transversal (e daí o nome de machado) e era feito exclusivamente sobre uma lasca (nunca sobre a massa nuclear, como é o caso seixos rolados), obedecendo a um princípio de contenção máxima do esforço do artesão, que frequentemente deixava quase intacta a lasca usada como suporte, limitando muitíssimo as operações de retoque destinadas a dar forma final à ferramenta. É de assinalar que muitos autores atribuem uma origem, ou pelo menos um clara afinidade africana aos machados de mão, que são raros na Europa de Além-Pirinéus e frequentes na Península Ibérica.

Em Óbidos possuímos numerosos exemplares de bifaces (Fig. 2) e alguns de machados de mão (Fig. 3). Quanto aos bifaces, muito mais abundantes, existem muitos que são de excelente recorte técnico, enquanto outros apresentam formas desequilibradas, aparentemente arcaicas. Esta variabilidade pode corresponder a diferentes fases evolutivas do Acheulense (com datações que podem estar compreendidas entre mais de 300 mil e menos de 100 mil anos). Mas pode também ser devida a diferentes estádios de fabrico (esboços, peças finais e peças esgotadas), a diferentes actividades económicas ou a diferentes funcionalidades dos locais onde foram usados e por fim abandonados.

Não é possível indicar a qual das variáveis indicadas (e outras haveria a considerar) deve atribuir-se este ou aquele achado, este ou aquele sítio. Acrescem as limitações decorrentes das profundas alterações geográficas evocadas no texto introdutório deste capítulo, as quais recomendam grande prudência na análise dos dados existentes.

Ainda assim, a observação da distribuição cartográfica de bifaces é muito sugestiva da existência de alguma lógica espacial. Os mapas abaixo representam os locais onde se verificou a ocorrência de bifaces, colocados respectivamente sobre uma base orográfica (Fig. 4) e sobre uma base

hidrográfica (Fig. 5). É notória a maior concentração de achados na zona a Norte do sistema fluvial central, que alimenta Lagoa de Óbidos (constituído pelos rios Arnóia e Real), numa cota de terreno relativamente estreita, situada entre os 30 a 40 metros acima do nível do mar. Trata-se de uma zona relativamente confinada, entre Cabeço da Matinha, a ocidente, até Bairro da Senhora da Luz, a oriente, incluindo a vertente suave de descida até ao caminho-de-ferro (com um sítio apenas do lado oriental deste: 307 em S. Cristóvão).

Os machados de mão, sendo mais reduzidos em número, confirmam no entanto plenamente o modelo anterior, conforme se pode verificar pelas respectivas cartas de distribuição (Fig. 6 e 7)

Esta ideia não se altera grandemente se alargarmos a observação a todos os sítios atribuíveis ao Paleolítico Inferior (Fig. 8 e 9), Na zona acima indicada situam-se 14 desses locais e 3 manchas de ocupação; a Sul dos rios Arnóia e Real, apenas 1 mancha de ocupação; e no litoral 4 manchas de ocupação.

Seria tentador, mas demasiado audacioso, provavelmente imaterial, pretender relacionar esta distribuição espacial com um qualquer padrão real de ocupação humana. Haverá provavelmente outros factores, naturais, de sedimentação e de erosão, que expliquem esta realidade e só depois de eventualmente os ter convincentemente afastado é que poderia haver lugar a desenvolver propostas sobre presumíveis características ocupacionais humanas. A via desse estudo fica, em todo o caso sugerida, para quem venha a retomar aprofundar os dados aqui apresentados.

Finalmente e sem qualquer pretensão de exaustividade ou até de amostragem válida, salientamos os seguintes locais como especialmente significativos do Paleolítico Inferior de Óbidos: Marreca I (CARQO 4), Trás-do-Outeiro (CARQO 6), Marreca II, com um pequeno conjunto muito homogéneo de bifaces evoluídos (CARQO 7), Galeota II (CARQO 11) e especialmente Casal da Toiça, sítio de interesse estratigráfico (CARQO 58), assim como alguns locais contíguos, que podem fazer parte da mesma realidade arqueológica, constituindo um conjunto de peças numeroso e representativo. Alguns destes locais tinham já antes sido referidos, e até publicados por diversos investigadores, com relevo para Georges Zbyszewski. Outros constam dos cadernos de campo de Manuel Heleno, adquiridos pelo Museu Nacional de Arqueologia.

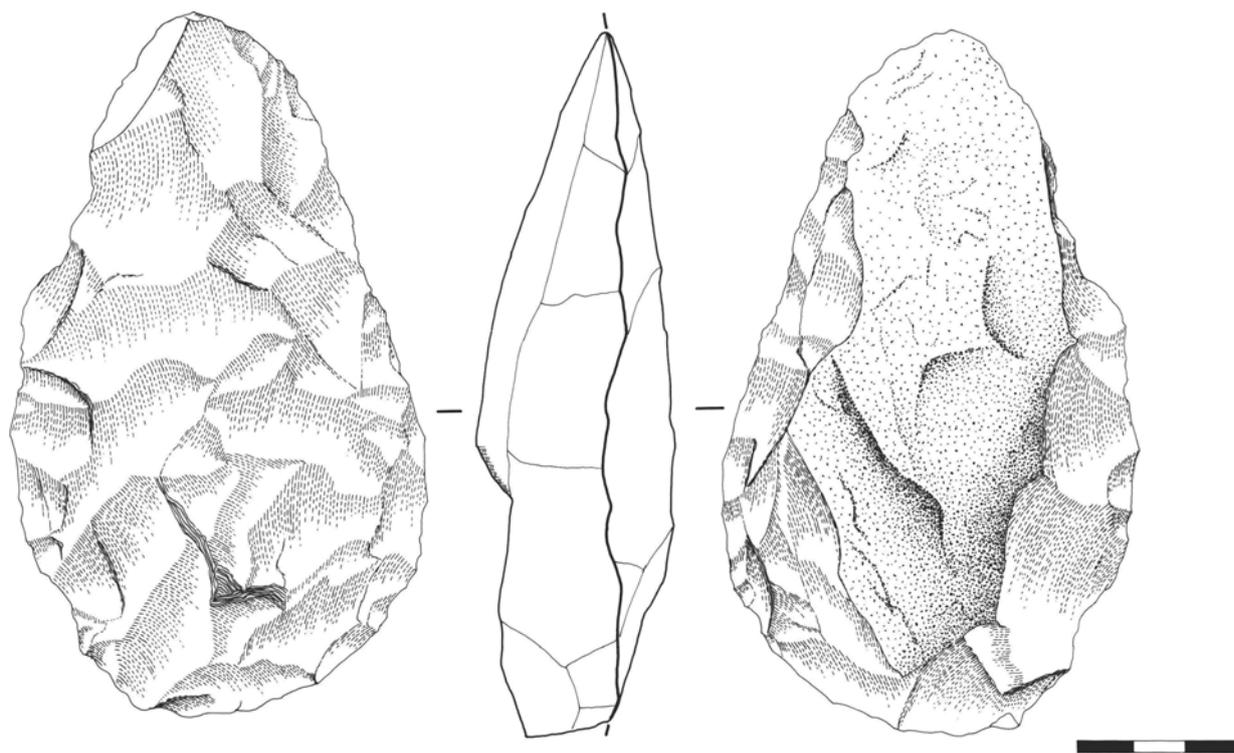


Fig. 2: Biface de Marreca II (MRC II.05.07.35)

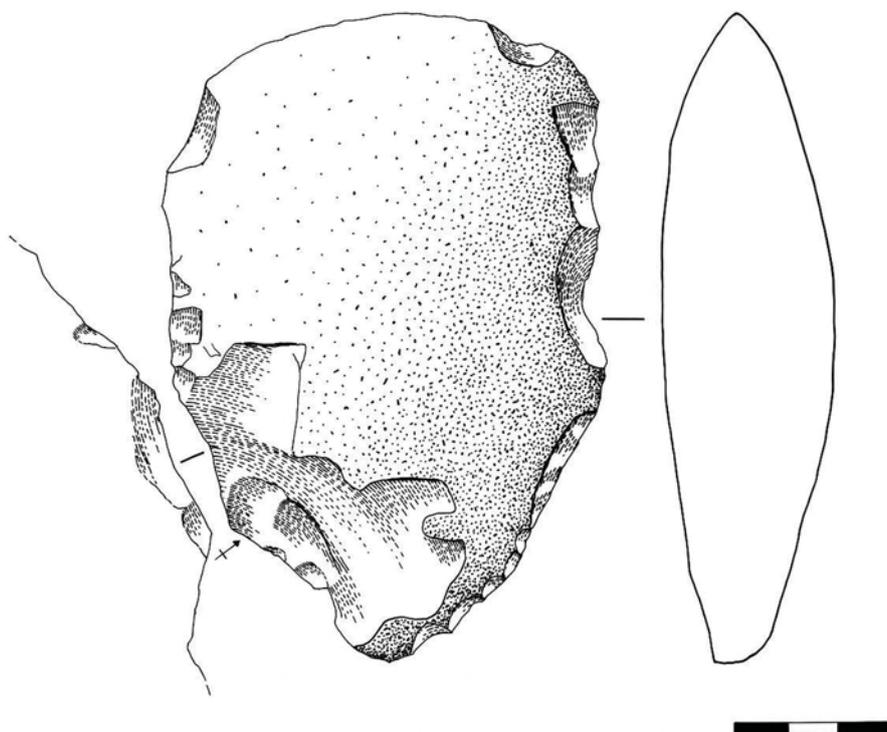


Fig. 3: Machado de mão de Casal da Toiça (CT.05.58.114)

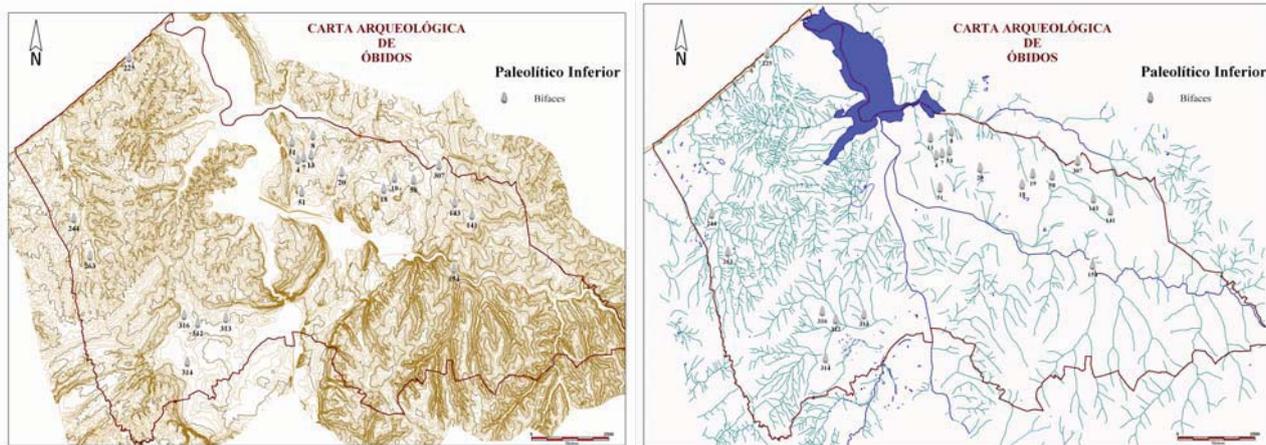


Fig. 4 e 5: Locais com achados de bifaces, sobre suporte orográfico e hidrográfico

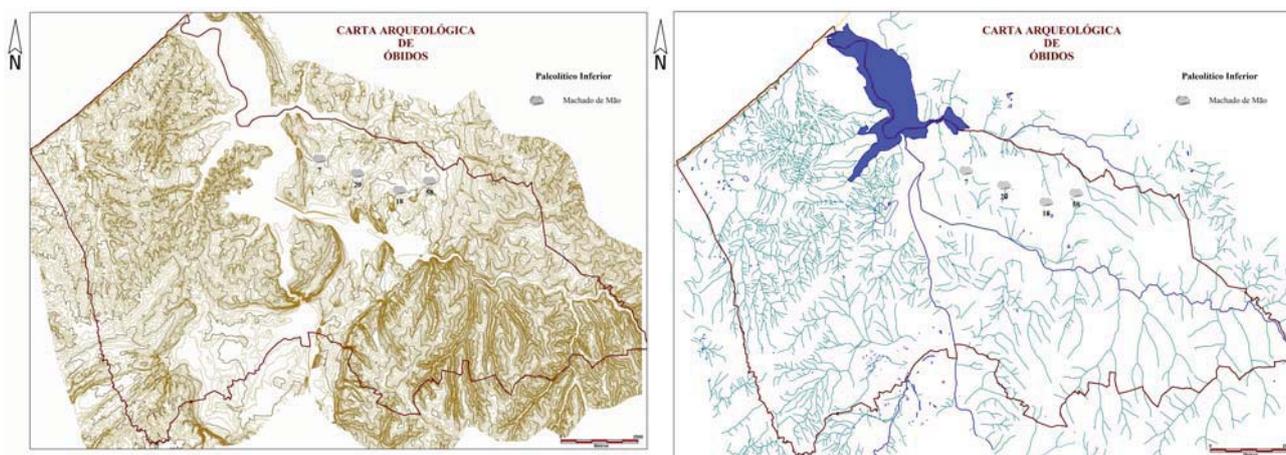


Fig. 6 e 7: Locais com achados de machados de mão, sobre suporte orográfico e hidrográfico.

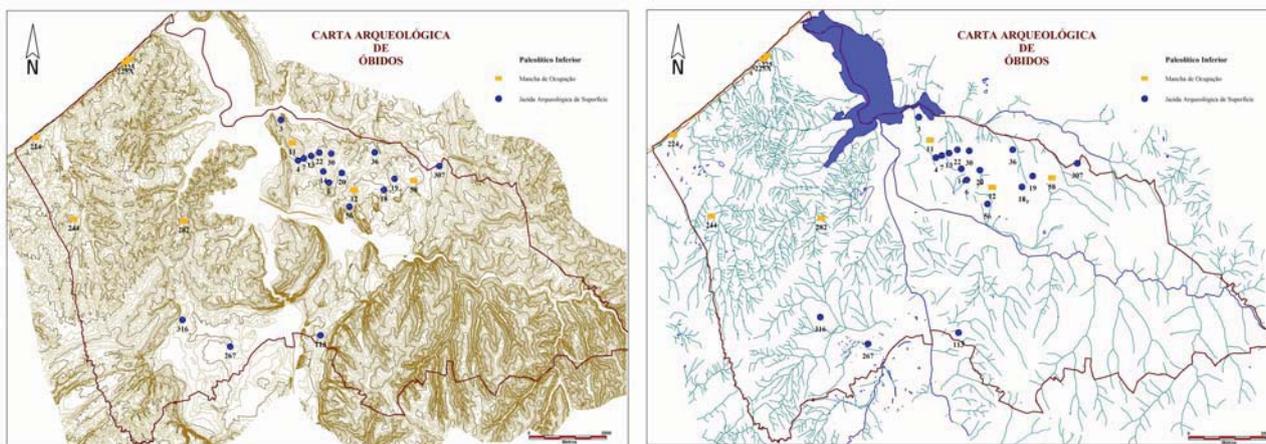


Fig. 8 e 9: Locais com achados do Paleolítico Inferior, sobre suporte orográfico e hidrográfico

Paleolítico Médio

Sucedendo ao Paleolítico Inferior e podendo ser datável entre há cerca de 100 a 150 mil anos e há cerca de 30 mil anos, o Paleolítico Médio corresponde na Europa à época da existência do Homem Néandertal.

Esta associação ao mais famoso personagem humano da Pré-História Antiga europeia dá a este período um interesse muito especial, que aliás tem plena confirmação na região objecto desta Carta Arqueológica, dado que foi aqui, naquele que era há cerca de 30 a 25 mil anos atrás o limite meridional da lagoa de Óbidos, mais exactamente a Gruta Nova da Columbeira (situada nos limites administrativos do concelho de Bombarral) que se descobriu no início dos anos 60 do século passado o primeiro resto antropológico físico daquela espécie humana encontrado em Portugal.

O Homem de Neandertal constitui a primeira população tipicamente europeia. Com efeito, não sendo, como já se disse a propósito do Paleolítico Inferior, os primeiros europeus, os Neandertais representam o coroamento de uma evolução autóctone que teve lugar no nosso continente, submetido então a condições glaciárias e dando assim origem a um grupo humano onde são visíveis as adaptações a climas muito frios. Entre outras, podem citar-se as seguintes características: corpo curto, entroncado ou mesmo atarracado, robustez geral, com articulações sólidas e o desenvolvimento de importantes massas musculares, etc. Estes traços gerais, assim como outros de maior pormenor (ausência de queixo, testa fugidia, algum prognatismo facial, etc.) deveriam conferir aos Neandertais um aspecto substancialmente diferente do Homem Moderno. Mas isto não quer dizer de modo algum que eles fossem atrasados ou sequer inferiores em alguns aspectos da vida. Para além de ser comum assinalar que os Néandertais poderiam ter uma média de capacidades cranianas superior à média do Homem Moderno (o que também não significa que fossem mais inteligentes, porque essa não é melhor forma de medir as capacidades intelectuais dos indivíduos), reconhecem-se-lhes sobretudo novos comportamentos sociais e novas capacidades técnicas. Entre os primeiros, conta-se o enterramento dos mortos; entre as segundas, assinala-se o encabamento de alguns instrumentos, dando origem pela primeira vez a projecteis (lanças) munidas de pontas em pedra, e o uso extensivo das lascas extraídas de núcleos, como suporte para o fabrico, através de retoque secundário, de instrumentos algo variados, entre os quais se contam os raspadores. Na Europa Ocidental, os conjuntos artefactuais associados aos Neandertais são usualmente integrados na chamada cultura Mustierense.

Entre os procedimentos técnicos usados para a obtenção destas lascas, obtidas para servirem como suporte para o fabrico de instrumentos, conta-se método Levallois, representado entre os conjuntos

líticos da região de Óbidos. Trata-se de um método tecnológico que evidencia bem o grau de desenvolvimento mental e de destreza manual dos Néandertais. Pode definir-se como a predeterminação, ainda ao nível do núcleo e desde fases iniciais do trabalho da pedra, das formas das lascas-suporte e mesmo dos utensílios finais desejados. Através deste procedimento, o artesão pré-histórico tinha de construir mentalmente uma sequência complexa e encadeada de gestos técnicos, destinados a configurar a massa bruta que tivesse seleccionado (normalmente um seixo rolado, que assim adquiria apenas as funções de núcleo e não de utensílio final; (Fig. 10), antes de retirar dela as lascas, que por sua vez deveriam se objecto de retoque secundário, até se converterem em pontas, em raspadores, em peças de gumes denticulados, etc. Acresce que de cada núcleo poderiam ser extraídas várias lascas-suporte, porventura algumas dezenas, Iniciando-se também aqui o processo do fabrico em série e da especialização, embora ainda bastante incipientes. Afim do método Levallois, de que pode aliás constituir uma variante, é o método discóide (Fig. 11), mais frequente em zonas onde as matérias-primas usadas são o quartzito ou o quartzo.

O Paleolítico Médio, em alguns casos claramente identificável com o Mustierense, o método Levallois e sobretudo o método discóide encontram-se amplamente representados na zona de Óbidos. Os locais deste período e com estas características tecno-tipológicas são mesmo muito mais abundantes do que os do Paleolítico Inferior e ocorrem numa área de dispersão muito maior.

A Norte do rio Arnóia, reconhece-se cerca de uma dezena de sítios, muito dispersos e situados entre as cotas de 30 e de 100 metros acima do nível do mar (Fig. 12 e 13). Ocorrem e também, e pela primeira vez, alguns locais, que parecem constituir um “cluster” de sítios, no interior da bacia sedimentar, junto da Usseira, a cerca de 150 metros acima do nível do mar. No segmento Sul da bacia, verifica-se uma menor representação de locais, sendo até em maioria manchas de ocupação de cronologia algo ambígua. Finalmente, no cordão litoral assinala-se a ocorrência de alguns sítios, entre os quais um verdadeiro *locus*, ou seja, uma estação com ocupação que pode ser relacionável com o local e remetida para horizonte estratigráfico definido.

A distribuição dos subgrupos “núcleos Levallois” e “núcleos discóides” não altera o panorama sindicado no parágrafo anterior. Antes o reforça. Quanto aos núcleos Levallois (Figs. 14 e 15), menos frequentes, dos 6 locais onde os mesmos correm, 4 situam-se a Norte do rio Arnóia; e é aqui também que se localiza o único sítio onde os núcleos Levallois surgem incluídos num conjunto lítico que, pela quantidade e homogeneidade dos achados, pode com relativa segurança referir-se a uma ocupação mustierense. Falamos do sítio de Califórnia, situado junto à estrada nacional que liga Óbidos às Caldas da Rainha. Quanto aos núcleos discóides (Figs. 16 e 17), muito mais abundantes, eles distribuem-se amplamente por toda a zona prospectada, sendo de notar duas ocorrências que importaria verificar no futuro.

A primeira aponta para uma eventual relação com a rede hidrográfica secundária, sobretudo na zona Sul e Sudoeste da bacia, relacionável talvez com as vias de acesso ao maciço rochoso periférico (Planalto das Cezaredas). Com efeito, parece existir aqui uma organização dos locais ao longo das linhas de água, de um lado e do outro da ribeira que vai da Serra d'El-Rei a Talhos da Rainha.

A segunda prende-se com a já assinalada forte concentração de achados na Usseira, com especial relevo para os sítios do Outeiro da Carqueira (CARQO 193) e Casal da Fonte (CARQO 195), dada a quantidade e diversidade dos artefactos neles recolhidos.

Estes elementos devem ser valorizados em função das características inerentes ao tipo de povoamento do período e de que já demos alguma conta neste texto, quando referimos os achados corridos na Gruta Nova da Columbeira. Pela sua importância e embora se situem fora do âmbito rigoroso do nosso levantamento, eles não podem ser ignorados. Naquela cavidade, situada quase no fundo do vale apertado que conduz à ribeira da Azambujeira dos Carros desde a zona do planalto até à bacia da lagoa de Óbidos, reconheceu-se e escavou-se uma rica sequência estratigráfica contendo diversos horizontes de ocupação humana, alguns de natureza claramente residencial, pela quantidade da indústria lítica recolhida, pela natureza e diversidade da fauna levada para dentro da gruta e pela própria ocorrências de acções antrópicas de fogo, talvez até de lareiras construídas (que todavia nunca foram convenientemente registadas). As datações obtidas neste local apontam para um período muito recente, extremo final do Paleolítico Médio e dos Neandertais (cerca de 26 a 29 mil anos), o que confere especial interesse ao sítio no plano europeu. A indústria lítica recolhida é claramente mustierense. Fica assim estabelecida a frequência destes territórios periféricos em relação à bacia por parte do Homem de Néandertal. Ora, tendo em conta que algumas das espécies animais levadas para dentro da gruta apenas poderiam ter como habitat os terrenos baixos, alagados e pantanosos da lagoa, torna-se óbvio que os territórios de captação de recursos daqueles bandos incluíssem as áreas que agora foram objecto da nossa prospecção, sendo pois razoável procurar estabelecer a correlação entre ambos estes domínios geomorfológicos.

Finalmente, à organização dos locais em torno de zonas de concentração (aquilo que na literatura da especialidade se costuma designar por “clustering”) corresponde também uma percepção do espaço mais conforme com uma vida social estável de bandos, que tivessem estratégias logisticamente mais organizadas.

Trata-se, porém, em ambos os casos, de meras sugestões que ficam ao dispor da investigação futura sobre estas matérias, que necessariamente deverá passar por mais trabalho de campo, especialmente pela escavação de sítios e horizontes que pareçam documentar presenças humanas locais, conservadas *in situ*. Um bom exemplo desta situação, embora em domínio geográfico especial, é o

sítio de Praia dos Olhos de Água III (CARQO 283), um verdadeiro horizonte de ocupação conservaram estratigrafia, onde se recolheram cerca de 7 dezenas de artefactos líticos, entre os quais alguns núcleos, atribuíveis ao Paleolítico Médio.

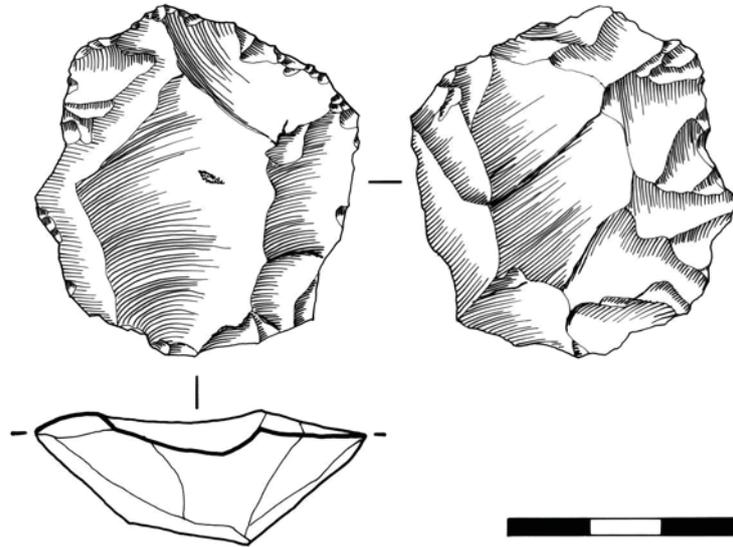


Fig. 10: Núcleo Levallois do sítio de Califórnia (CLF.06.132.102)

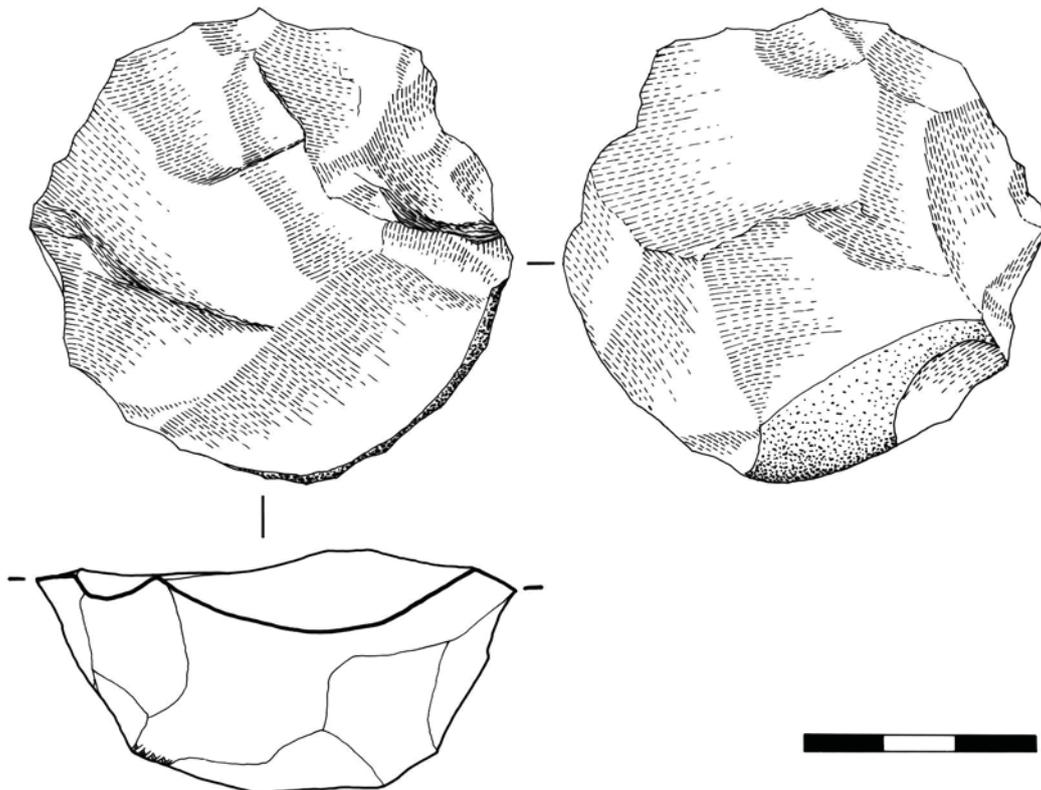


Fig. 11: Núcleo discóide do sítio de Catalão (CTL.06.133.21)

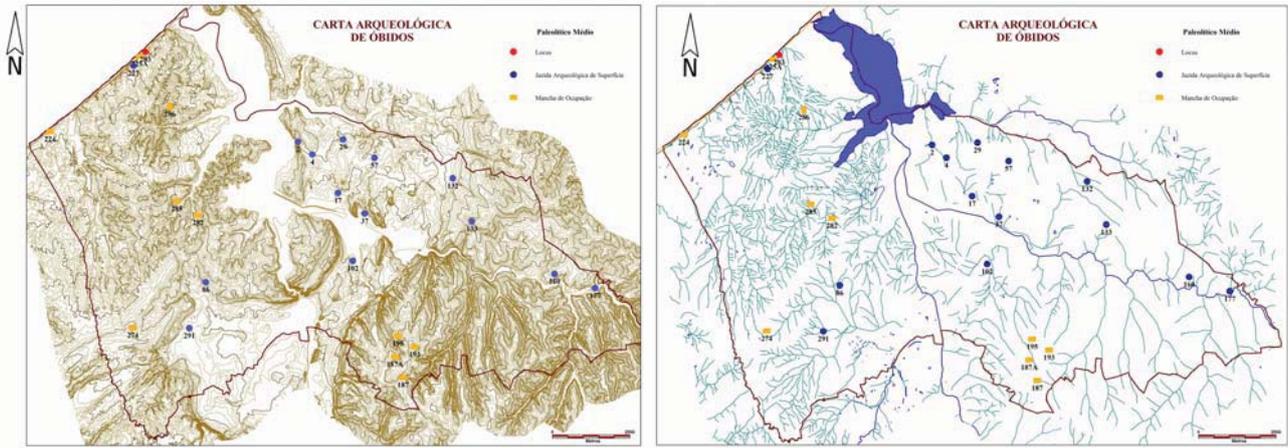


Fig. 12 e 13: Locais com achados do Paleolítico Médio, sobre suporte orográfico e hidrográfico

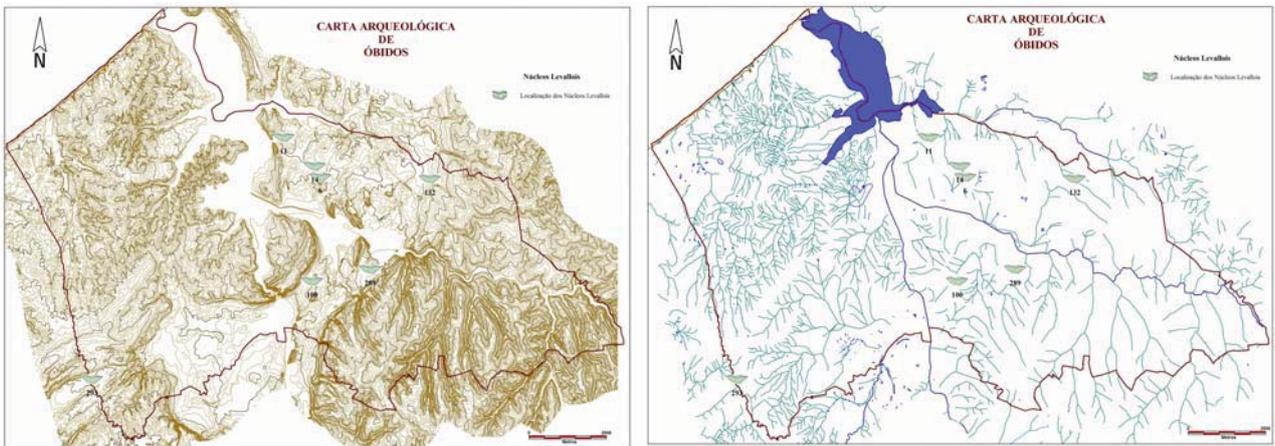


Fig. 14 e 15: Locais com achados de núcleos Levallois, sobre suporte orográfico e hidrográfico

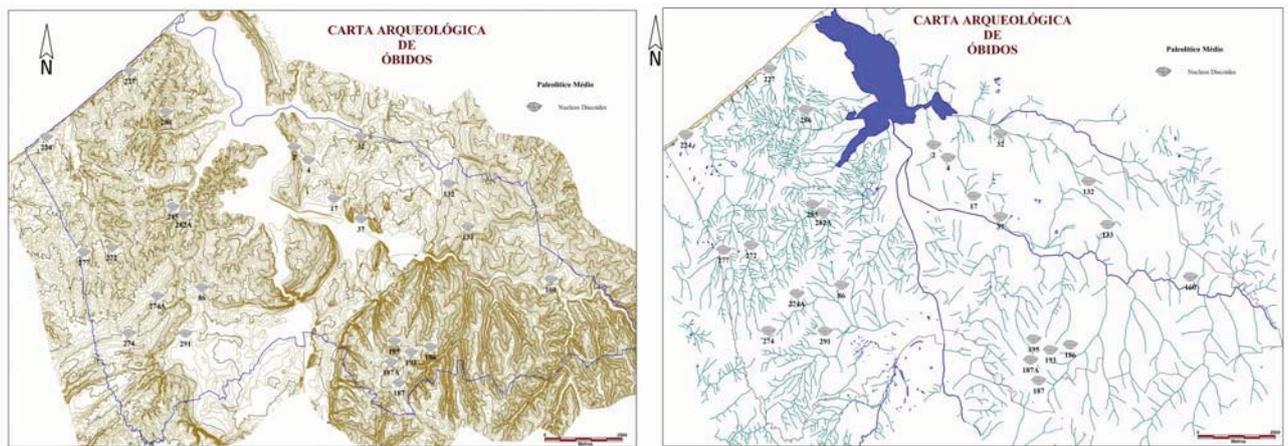


Fig. 16 e 17: Locais com achados de núcleos discóides em sítios do Paleolítico Médio, sobre suporte orográfico e hidrográfico

Paleolítico Superior

A ocupação da Europa pelo Homem Moderno (*Homo sapiens*) constitui o mais importante, porventura o único, momento de acentuada ruptura no povoamento do continente ao longo de toda a Pré-História Antiga. Com remota origem em África, esta nova população parece ter-se expandido em território europeu de forma relativamente rápida, a partir do Oriente (Bulgária), onde é conhecido há cerca de 44 a 45 mil anos, até ao Norte (Cantábria) e Nordeste (Catalunha) da Península Ibérica, onde chega há cerca de 40 a 39 mil anos.

Com o Homem Moderno é costume falar-se em todo um novo conjunto de comportamentos e capacidades que por vezes se designa por “revolução do Paleolítico Superior”. Fazem parte deste conceito elementos tais como: novas tecnologias de conservação de alimentos (fumagem, congelação), novas peças vestuário, que pela primeira vez passou a ser verdadeiramente confeccionado, conforme se comprova por novos objectos então inventados (agulha, botão), novos meios de transporte (trenó puxado por animais, raqueta de neve), novos instrumentos em osso ou marfim, alguns de maior eficiência nas actividades do dia a dia (propulsor, zagaia), outros de carácter explicitamente ritual ou simbólico (bastão perfurado, placas gravadas, pendentes e adornos diversos). Tudo isto e, claro, o fenómeno artístico (arte rupestre, em grutas e ao ar livre, como ficou demonstrado desde as descobertas do rio Côa), que constitui em termos evolutivos último elemento que faltava para que possamos considerar ter sido atingida a plenitude do humano.

Também as tecnologias e o leque de tipos de pedra lascada se alteraram muito relativamente a épocas precedentes. Atingiram-se níveis de produção em série e de especialização muito consideráveis, possibilitados pela chamada tecnologia laminar, ou seja, por um procedimento em que se dá aos núcleos uma volumetria prismática, de modo a obter arestas guias a partir das quais se extraem sucessivamente lâminas (ou lamelas quando as dimensões são mais pequenas), que depois são objecto de retoques secundários e assim transformadas em utensílios. Entre estes últimos salientam-se os buris (objectos de gravação utilizados por exemplo no fabrico de peças em osso e na execução de gravuras rupestres), as raspadeiras e uma enorme variedade de pontas, por vezes de pequenas dimensões e por isso designadas por microlíticas.

A positiva identificação de presenças do Paleolítico Superior a partir de achados avulso ou numericamente reduzidos, excluindo a possível ocorrência de tipos de utensílios especialmente característicos (por exemplo, pontas em forma de folha de loureiro), é especialmente problemática, porventura mais do que em relação a fases anteriores. Acrescem, na zona objecto do nosso

inventário, as adversidades resultantes das condições geográficas a que aludimos no texto geral introdutório à Pré-História Antiga. De facto, sendo o Paleolítico Superior contemporâneo da segunda parte da última glaciação (Würm), decorre daqui que os territórios potencialmente frequentados pelos grupos humanos da época poderão hoje estar em grande medida debaixo das águas oceânicas (até cerca de 110 metros de profundidade, que constituiria a linha de costa há cerca de 20 anos, durante o máximo glaciário) ou no fundo de vales fluviais profundamente escavados, hoje cobertos por dezenas de metros de sedimentos. Importa neste contexto salientar que estamos na zona da lagoa de Óbidos perante um processo de intenso assoreamento de fundos de vales e terras baixas, conhecido de épocas mais recentes, mas com raízes antigas, desde o final da Idade Glaciária.

Exceptuar-se-ão nesta região dois domínios geomorfológicos particulares, em que é expectável encontrar presenças humanas do Paleolítico Superior: o litoral, que poderia constituir uma rectaguada de arribas fósseis, geograficamente dominante relativamente à ampla faixa que se estendia pelas zonas actualmente submersas; e os maciços rochosos periféricos, especialmente aqueles como o Planalto das Cezaredas, onde existem condições favoráveis à constituição de redes cársticas.

As expectativas indicadas, tanto as negativas, como as positivas, foram confirmadas pelos nossos trabalhos de prospecção. É notória a escassez de locais caracterizadamente do Paleolítico Superior detectados. Apenas cinco locais foram assim registados (Figs. 18 e 19), distribuídos da seguinte forma:

a) Dois sítios arqueológicos aparentemente em contexto primário e de interesse estratigráfico (*locus*), um situado no litoral (Arribas da Praia dos Olhos de Água II, CARQO 226) e o outro no interior, mas próximo do maciço das Cezaredas (Casal Janeiro II, CARQO 272A). Salienta-se em especial o primeiro, porque corresponde a um horizonte *in situ* detectado em perfil, nas areias e siltes litorais, com abundantes vestígios de acção antrópica (carvões, cinzas e artefactos líticos em fases diferentes de fabrico, denotando acções de talhe no local).

b) Uma gruta, localizada no Planalto das Cezaredas: a Casa da Moura (CARQO 301), de que damos indicação circunstanciada na respectiva ficha, neste inventário. Trata-se um dos mais antigos e mais famosos sítios arqueológicos do Paleolítico Superior em Portugal, entre outras razões por nele ter sido identificada em 1865, por Nery Delgado, uma ocupação atribuída àquele período, incluindo o reconhecimento de um crânio humano que constitui, em bom rigor, o mais antigo testemunho físico do Homem da Idade da Rena, como então se designava, anterior ao achado de Cro-Magnon e podendo por isso reivindicar para si a precedência da designação genérica da população europeia do

Paleolítico Superior, que bem de se poderia chamar de “Homem das Cezaredas” em vez de “Homem de Cro-Magnon”;

c) Um sítio de superfície, situado no fundo de um vale, junto ao rio Arnóia (Açougues, CARQO 52), onde se recolheu uma indústria lítica reduzida (somente cerca de duas dezenas de artefactos), mas com elementos de diagnóstico suficientes para se reportarem a uma fase não determinada do Paleolítico Superior.

d) Uma mancha de ocupação, localizada na zona da Usseira (Casal da Fonte, CARQO 195), onde também se reconheceu uma presença significativa do Paleolítico Médio, não sendo por isso de excluir que parte da indústria aqui recolhida, relativamente vasta (mais de uma centena de artefactos), possa ser atribuída àquele fase mais antiga.

Se tomássemos o mero critério da ocorrência de lâminas como sinal identificador de presenças atribuíveis ao Paleolítico Superior, então quer o número quer a distribuição geográfica de tais vestígios aumentaria bastante, incluindo aqui uma muito significativa cobertura das zonas mais interiores da área prospectada, dando conta de uma exploração do *hinterland*, que não se verifica em períodos anteriores. Parece-nos todavia demasiado audacioso, sem um estudo tecnológico mais aprofundado e sem contextualização suficiente (geológica e tipológica) proceder a uma tal atribuição cronológica para os locais em referência, pelo que, pelo menos por agora, limitamos a nossa identificação de sítios do Paleolítico Superior aos que assinalámos nas alíneas precedentes.

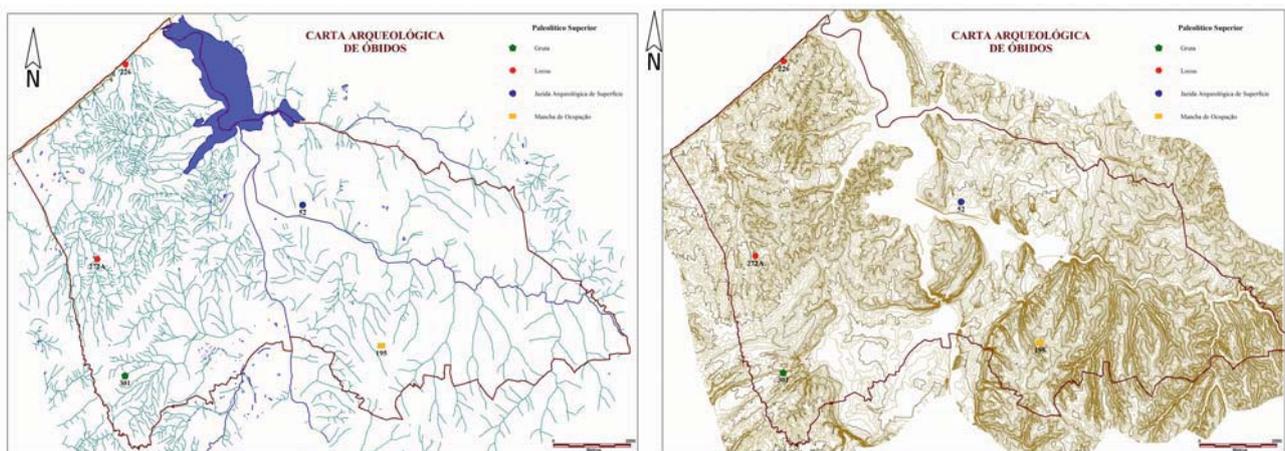


Fig. 18 e 19: Locais com achados do Paleolítico Superior, sobre suporte orográfico e hidrográfico

Epipaleolítico e Mesolítico

Contrariamente ao que referimos quanto ao Paleolítico Superior, existem em relação aos caçadores de época pós-glaciária boas condições naturais para que sejam visíveis alguns sinais da sua presença na zona prospectada, se a mesma tenha de facto ocorrido. A situação será no entanto diversa conforme de pense no Epipaleolítico, entendido como a fase inicial (tardi-glaciária) do Mesolítico em sentido lato, ou no propriamente dito Mesolítico (em sentido restrito, portanto). Com efeito, no primeiro caso (7º milénio antes de Cristo) os níveis de mar estariam ainda sensivelmente mais baixos do que os actuais e manter-se-iam as dificuldades de visibilidade assinaladas para o Paleolítico Superior. Já no segundo caso (cerca do 6º milénio antes de Cristo), pode admitir-se que comece a fazer-se sentir um efeito transgressivo no nível do mar, que atingiria o seu clímax no período Atlântico ou “óptimo pós-glaciário”, já durante o Neolítico.

Esta evolução do nível do mar, que conduziu à formação da lagoa de Óbidos na sua última versão (por que outras existiram em fases mais antigas do Paleolítico e até em momentos anteriores à existência humana, conforme salientámos anteriormente), certamente muito mais aberta ao mar, mais profunda e muito mais ampla espacialmente do que hoje conhecemos e do que temos memória desde tempos históricos, resultou de um processo geral de aquecimento climático e foi acompanhada por modificações coberto vegetal e das populações faunísticas que tiveram seguramente grande impacte nas populações humanas de então.

A ideia mais tradicional, muito em voga na primeira metade do século XX, tendia a considerar o Mesolítico como um período fortemente recessivo, dado que os caçadores-recolectores tinham então perdido a mega-fauna plistocénica e teriam sido forçados a praticar a dietas alimentares de recurso, baseadas em quantidades gigantescas de moluscos, cujos restos se acumulavam nos concheiros, os mais emblemáticos sítios arqueológicos deste período. Como que a confirmar esta vida de penúria, citava-se até o contraste entre as manifestações artísticas do Mesolítico e as dos caçadores plistocénicos, a célebre arte das cavernas.

No entanto, a investigação mais recente, da segunda metade do século XX, deu origem a visões diametralmente opostas às anteriores e porventura tão excessivas como aquelas. Para alguns destes autores o Mesolítico (em sentido lato) constitui uma espécie de “idade de ouro” da humanidade, ou seja, um período em que a vida se baseava ainda apenas na caça, pesca e recollecção, sendo o ócio o bem social mais estimado, e em que se dispunham das mais avançadas tecnologias (entre as quais o arco e flecha), num quadro natural de considerável riqueza em biomassa, dada em terra pelo desenvolvimento sem paralelo das florestas e bosques, acompanhados por toda a fauna de pequenos e médios mamíferos e aves que lhes estão associados, e no mar pela verdadeira explosão de peixes e

moluscos, especialmente nos estuários, que constituiriam então (como aliás o são hoje) as zonas mais ricas do planeta. “Livres e despreocupadas sociedades de arqueiros”, assim se referiu um autor francês ao Mesolítico.

Dentro de um tal quadro, as regiões litorais e as embocaduras dos rios, especialmente onde se pudessem formar estuários ou mares interiores, seriam as áreas de ocupação privilegiada durante os caçadores e pescadores mesolíticos. De toda a evidência, Óbidos, com a sua lagoa que na altura deveria assemelhar-se mais a um mar interior, estaria nesse caso.

Devemos porém reconhecer que os trabalhos que realizámos ficaram ainda muito aquém do que poderíamos antecipar quanto à positiva identificação de locais do Mesolítico, sobretudo de sítios a que reconhecidamente seja atribuído grande potencial para futuros trabalhos. Podemos admitir, ainda aqui, que pequenas variações do nível do mar, consideradas cumulativamente com o intenso assoreamento que a lagoa tem sofrido nos últimos séculos, constituam o principal impedimento para que tais sítios sejam visíveis na actualidade.

Mas não quer isto dizer que não identificámos locais mesolíticos no nosso trabalho. Bem pelo contrário. Eles são em número elevado (v. Figs. 20 e 21) e, com seria de esperar, delimitam as actuais ou antigas margens da lagoa. Merece especial relevo a forte concentração de locais no esteiro da Ponta da Barca, principalmente no lado desta. Entre eles destacamos, a título exemplificativo, os sítios identificados na zona do Covão do Musaranho e Bico do Seixo (CARQO 83), por neles se terem recolhido alguns conjuntos líticos dos mais representativos das tecnologias macrolíticas pós-glaciárias, designadamente os pesos de rede (Fig. 22 e 23), os seixos de talhe remontante periférico e os picos (Fig. 24).

Deve todavia reconhecer-se que este tipo de peças, especialmente os pesos de rede, podem ocorrer em épocas mais recentes, no limite até períodos subactuais, pelo que não consideramos suficientemente demonstrada a cronologia mesolítica que, em todo o caso, nos parece legítimo avançar para estes locais. Seja como for, e não obstante as cautelas indicadas, é possível afirmar que este tipo de achados documenta de forma muito expressiva a existência de actividades de pesca ligadas à lagoa desde os mais antigos momentos da Pré-História em que a mesma se constituiu, ou seja, desde o início da transgressão flandriana, correspondente em termos de periodização histórica ao Mesolítico.

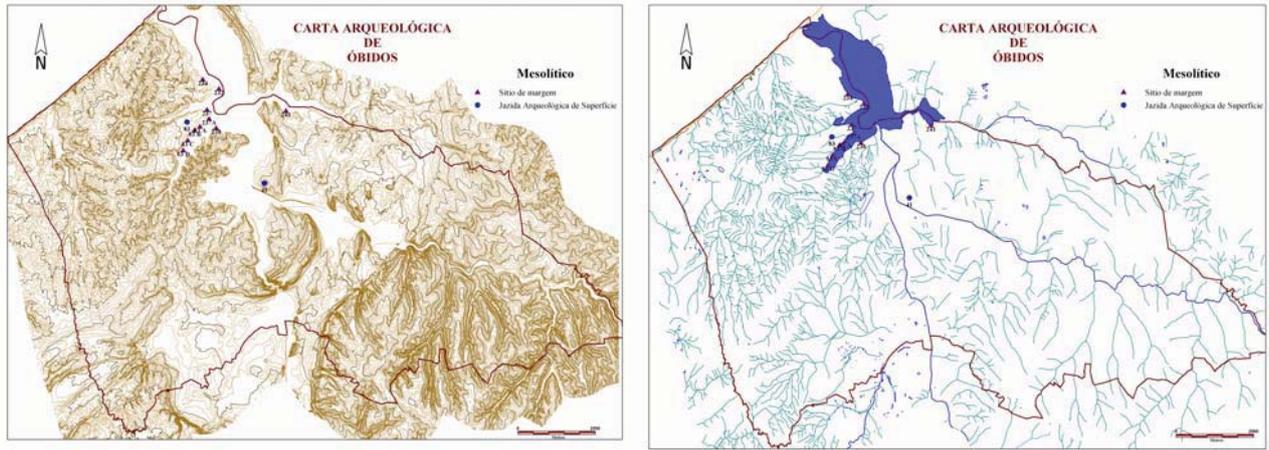


Fig. 20 e 21: Locais com achados atribuíveis ao Mesolítico, sobre suporte orográfico e hidrográfico



Fig. 22: Locais com pesos de rede atribuíveis ao Mesolítico, sobre suporte hidrográfico

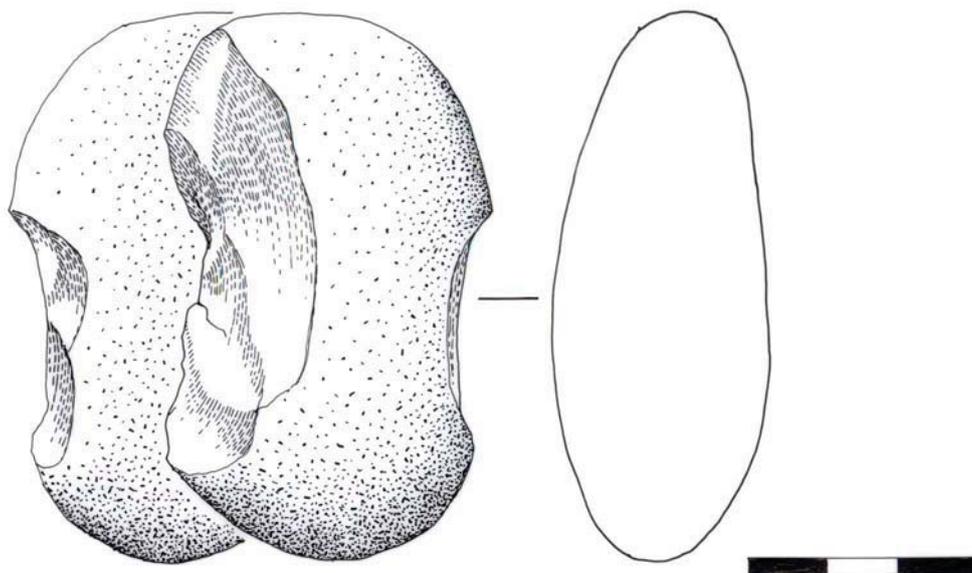


Fig. 23: Peso de rede do sítio do Covão do Musaranho IV (CVM IV.05.83 D.06)

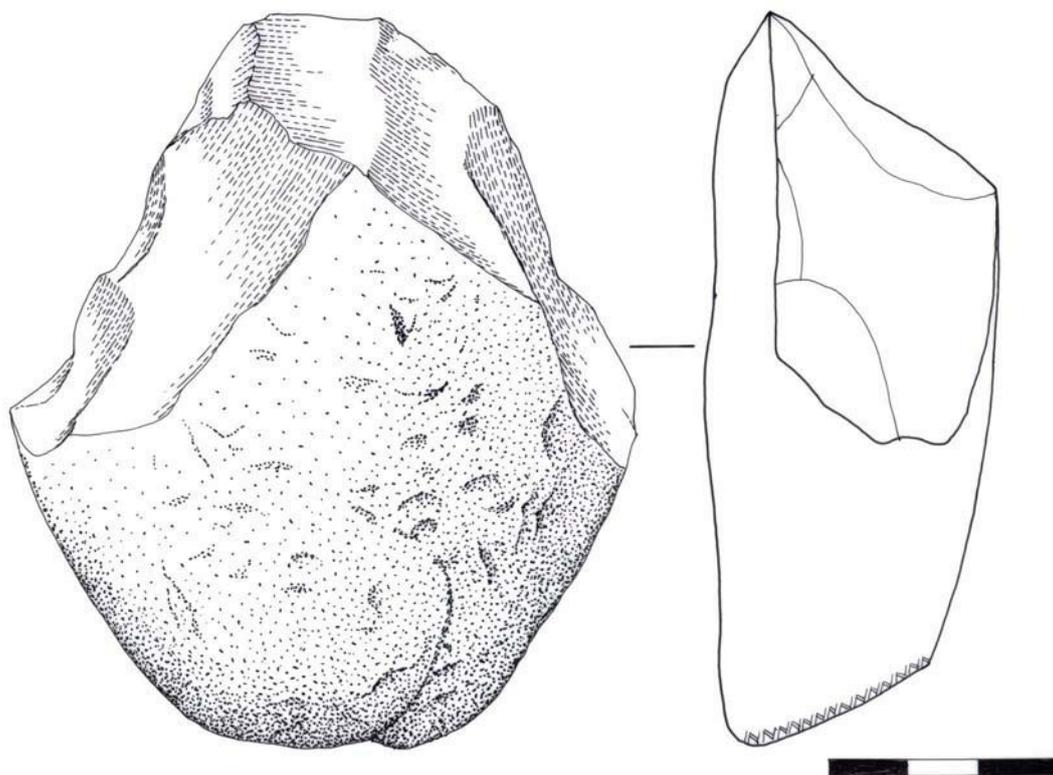


Fig. 24: Pico do sítio do sítio do Covão do Musaranho IV (CVM IV.05.83 D.01)

Pré-História Recente e Proto-História

Depois do final da Idade Glaciária (ou Plistocénico) e dos episódios de sobrevivência das sociedades de bandos e das economias de caça, pesca e recollecção em período pós-glaciário, desenvolve-se todo um novo processo histórico, que muitos autores designam por “Revolução Neolítica”. Trata-se porventura da maior transformação social da história da humanidade: a passagem da recollecção de produtos da natureza para a produção de alimentos, ou seja, para alteração, por acção humana, dos ritmos naturais de regeneração da vida (vegetal e animal).

Discute-se ainda hoje qual a causa remota deste processo (modificações climáticas; aumento populacional; complexidade da própria sociedade...); discutem-se também as modalidades pelas quais a passagem de uma fase à outra se deu em cada região considerada (se por evolução directa, segundo pretendem os defensores das teses autoctonistas ou indigenistas; se por adopção de práticas exteriores, seja por aculturação, ou seja pela mera circulação de ideias, seja por colonização, ou seja pela efectiva deslocação de pessoas e povos, em maior ou menor número, conforme pretendem os defensores das teses difusionistas); discute-se finalmente o conteúdo concreto, em cada zona, do chamado “pacote neolítico”, que incluir todos ou apenas parte dos elementos que tradicionalmente lhe são associados: cultivo de plantas, domesticação dos animais, fabrico de contentores em cerâmica (barro cozido), uso de novas tecnologias no trabalho da pedra, com recurso ao polimento, instalação em povoados permanentes (aldeias), etc.

Em Portugal, este tipo de práticas ocorre com segurança desde o 5º milénio antes de Cristo, podendo mesmo remontar um pouco mais no tempo. É aqui inegável a ocorrência de algum tipo de relacionamento com o exterior, já que nem as plantas inicialmente cultivadas (trigo, cevada, centeio), nem os animais domesticados (cabras e ovelhas) existiam antes em estado selvagem no nosso território ou até no conjunto da Península Ibérica e da Europa Ocidental. É assim irresistível a ideia de que algum tipo de contacto, remotamente a longa distância, deve ter existido entre a Finisterra europeia ibérica e o Levante mediterrânico. Os dados da genética molecular reforçam aliás a ideia de que tenha havido um verdadeira deslocação de pessoas, já que na actual população humana europeia se encontram importantes traços com origem próximo-oriental. Mas, ainda que tal seja aceite, deve ter-se em conta (a) que o processo em referência decorreu ao longo de muitos séculos, mais de um milénio, e (b) que os supostos colonos exteriores portadores do pacote neolítico poderão não ter origem directa no Oriente mediterrânico (mas sim em populações que sucessivamente se foram instalando ao longo das suas margens, expandindo-se de geração em geração) e que poderão em cada região ter ocupado apenas pequenos território, provavelmente

litorais, sendo a partir deles que, por aculturação, se fez depois a adopção do novo modo de vida por parte de populações indígenas que forçosamente estariam já preparadas para o tomar como seu.

Os primeiros agricultores e pastores do nosso território (Neolítico Antigo) são conhecidos extensivamente, de Sul a Norte, especialmente numa faixa litoral ou não muito afastada dele. Viviam em povoados sem defesas naturais, relativamente próximo das linhas de água; aí erguiam cabanas muito frágeis, dispunham no chão empedrados ou lajeados, construía formos para usos culinários ou para fins técnicos (cozedura da cerâmica, por exemplo). Depositavam os mortos em grutas naturais, que funcionavam como necrópoles colectivas. Fabricavam uma cerâmica manual frequentemente grosseira, de formas hemisférica (ou seja, com fundos arredondados), as quais decoravam com motivos incisos no barro fresco, frequentemente com o recurso ao denteado da concha do berbigão, outrora taxionomicamente designado por *cardium* (e daí a referência a uma cerâmica cardial).

Desta fase inicial do Neolítico não encontrámos muitos vestígios na região de Óbidos. Os sítios assim atribuídos, e que se podem verificar apresentar ampla distribuição nas respectivas cartas orográfica e hidrográfica (Fig. 25 e 26), foram-no apenas com base na ocorrência de alguma indústria lítica que nos pareceu pós-mesolítica e não pudemos com rigor atribuir a nenhum outro período. Excepciona-se talvez os achados CARQO 67, 136, 296, 301 e 304.

Mais tarde, este novo modo de vida expandiu-se geograficamente e cobriu todo o nosso território. As zonas de solos ricos do interior foram então intensamente exploradas. E, para além do uso das grutas naturais, começaram também a construir-se espaços monumentais, afins das grutas, para aí depositar os mortos: as antas ou dólmenes. Estes eram recintos funerários megalíticos, constituídos nas suas formas mais avançadas por corredores de acesso e câmaras funerárias poligonais, definidos por esteios, e cobertos por grandes pedras, sendo o todo envolvido numa estrutura de pedras pequenas e terra (*tumulus* ou mamoa), que acabaria por dar ao recinto o aspecto de uma cavidade onde era preciso entrar, como se entrava numa gruta. Poderá ter existido uma estrutura deste tipo, no monte junto da estrada que segue da Amoreira de Óbidos para Peniche, mas já se encontraria destruída no final do século XIX.

Em finais do 4º / inícios do 3º milénio antes de Cristo, quando a chamada “cultura megalítica” estava no seu apogeu, deram-se importantes desenvolvimentos económicos e sociais, que num primeiro momento se podem resumir na expressão “revolução dos produtos secundários”. As plantas e os animais deixaram de ser usados apenas para deles extrair os mais óbvios produtos inicialmente explorados (farinhas e carne). Talvez por força da pressão demográfica (“variável independente” da história humana, como houve quem lhe chamasse), foi necessário tornar mais rentáveis as plantas e os animais. As primeiras passaram a servir também para fazer uma vasta

gama de produtos em cestaria; os segundos foram usados como força de tiro, permitindo assim passar do cultivo da terra apenas com o recurso às tradicionais enxós manejadas pela força braçal humana, para a verdadeira descoberta e uso do arado. Além disto, dos animais passou a retirar-se também, de forma sistemática, o leite, do qual se obtiveram queijos, ou a pele, da qual se fizeram tecidos.

Este novo mundo foi logo depois acompanhado pelo recurso a novas matérias-primas. Iniciam-se as chamadas Idades do Metal, mais exactamente a Idade do Cobre (ou Calcolítico) – o primeiro metal a ser trabalhado no nosso território, simultaneamente com o ouro. Nesta fase já os povoados eram localizados em zonas altas, dominando aproximadamente as bacias fluviais e lacustres. Eram também fortificados, nos pontos de maior vulnerabilidade. Na zona objecto da nossa prospecção localizam-se precisamente dois dos principais povoados calcolíticos da Estremadura portuguesa: S. Mamede e Outeiro da Assenta (Figs. 27 e 28)

Quanto aos locais de enterramento, eles mantinham em parte as tradições anteriores, acrescidas agora de um novo tipo de monumento, o *tholos* (*tholoi* no plural), ou seja sepulcro colectivo de falsa cúpula, que muitos autores entendem possuir afinidades orientais, no que são confirmados pelo facto de nesta fase, pela primeira vez na história, existirem indícios seguros da ocorrência de rotas de intercâmbio comercial regular ao longo de todo o Mediterrâneo, até ao nosso território.

No final da idade do Cobre, desenvolve-se em toda a fachada atlântica europeia (e também no interior ibérico, com importantes extensões ao mundo mediterrânico, como provou a mais recente investigação sobre a matéria) um horizonte cultural que outrora, e talvez excessivamente, pretendeu ser atribuído a um povo guerreiro pan-europeu: a chamada “cultura campaniforme”. Descontados os excessos deste tipo de assimilação entre “cultura” e “povo”, que em arqueologia pré-histórica é ilegítima, subsiste no entanto a evidência de uma nova realidade cultural no final do 3º milénio no nosso País e especialmente nas faixas litorais (onde existe em maior abundância o chamado “campaniforme marítimo”): a passagem dos sepulcros colectivos para o enterramento individual, sendo o corpo do defunto muitas vezes acompanhado de bens de prestígio, o chamado “conjunto campaniforme”: vestuário de que hoje apenas subsistem botões com perfuração em V, braçal de arqueiro, pontas lança em cobre, cerâmicas ricamente decoradas, por vezes em forma de campânula invertida (e daí a designação de campaniforme).

Na nossa região encontrámos também alguns sinais da ocorrência do horizonte campaniforme em referência. No sítio de CARQO 136, fragmento de campaniforme inciso e no CARQO 288 recolheu-se um pequeno fragmento de cerâmico campaniforme com decoração ponteadada. Veiga Ferreira e Harrisson referem a existência de fragmentos campaniformes no Outeiro da Assenta (CARQO 304).

Estava assim aberta a via que conduziria ao segundo e último fim da Pré-História (o primeiro fora a passagem dos bandos de caçadores-recolectores para a tribos de agricultores e pastores). As Idades do Bronze e do Ferro, que se sucedem são já definíveis como épocas proto-históricas (mesmo em sentido restrito). É nelas que tem origem o mundo que os romanos irão encontrar e de que nos falam alguns dos seus autores. Um mundo plural: rural e continental (diz-se que de influência céltica), no Norte; urbano e marítimo (diz-se que de influência fenícia, tartéssica, grega e cartaginesa) no Sul; e ainda um mundo misto, em que todas as estas influências se cruzavam, embora em proporções diversas, em quase todo o território, porque, como sempre, a realidade é bem mais complexa do que a nossa nos permite alcançar a nossa capacidade de ver e imaginar.

Nestes períodos (Idade do Bronze e Idade do Ferro), pode ter-se sucessivamente passado por fases de maior dispersão do povoamento em casais rurais, com o enfraquecimento ou até o abandono dos antigos povoados fortificados calcolíticos, seguidas de fases de maior concentração das populações, ou pelo menos do seu maior controlo em povoados centrais, alguns dos quais atingiram níveis de organização interna que os aproximam do modelo das cidades (e por isso se dizem “citânias”, ou povoados proto-urbanos). As ferramentas do quotidiano (por exemplo, os machados em bronze, as cerâmicas de acabamentos brilhantes, por vezes imitando o metal, etc.), os objectos de prestígio (as armas, por exemplo), as peças rituais e funerárias (as tampas de sepultura, as estelas votivas, etc.) são muito diferentes dos de períodos anteriores. A própria estrutura do povoamento parece ser diferente: na região a Oeste da Serra de Montejunto, por exemplo, são frequentes e muito importantes, inclusive à escala internacional, os povoados fortificados da idade do Cobre (o exemplo de Zambujal em Torres Vedras deve ser referido, assim como os de S. Mamede e Outeiro da Assenta, já antes citados por se encontrarem dentro do âmbito geográfico no nosso presente trabalho), distribuindo-se regularmente por toda a região, com certa aproximação ao mar, enquanto os povoados das Idades do Bronze e do Ferro são mais escassos e situados em zonas antes pouco ou nada ocupadas (caso do povoado de Pragança, no sopé da Serra de Montejunto).

Na zona cartografada por nós foram sendo recolhidos desde o início do século XX alguns materiais atribuíveis à Idade do Bronze e Idade do Ferro. (Fig. 29 e 30)

Apenas com a administração romana é que de novo a zona do Oeste, e em particular da Óbidos, parece ter sido de novo ocupada extensivamente, e tirado partido quer das suas riquezas agrícolas, quer da sua abertura oceânica, através da lagoa, que deveria ainda ser muito maior que a conhecemos de épocas ulteriores.

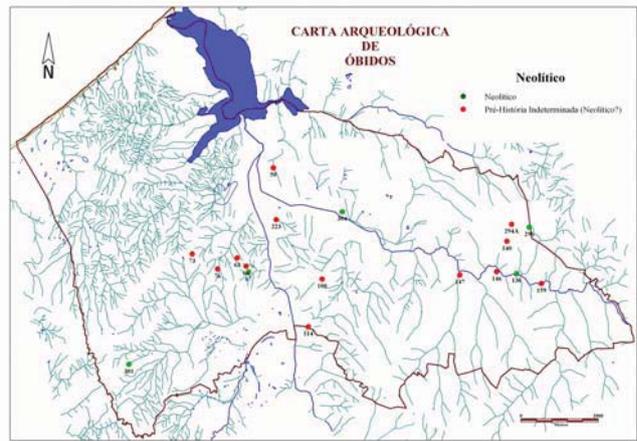
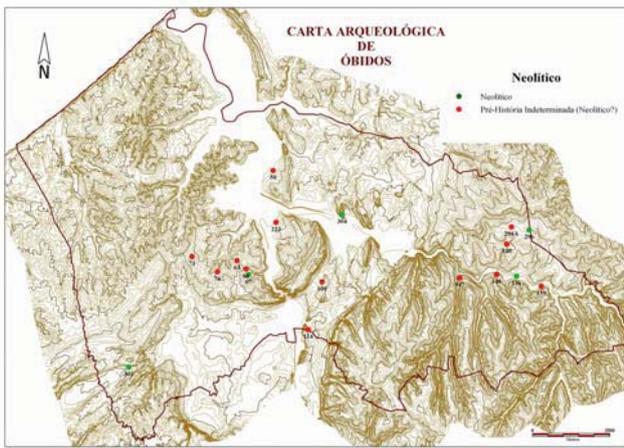


Fig. 25 e 26: mapas de sítios do Neolítico, sobre bases orográfica e hidrográfica

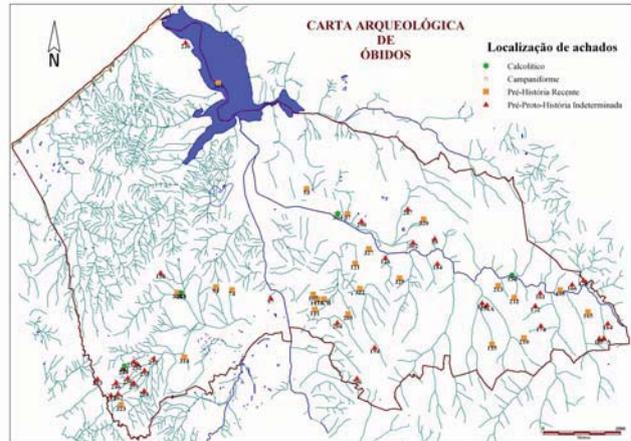
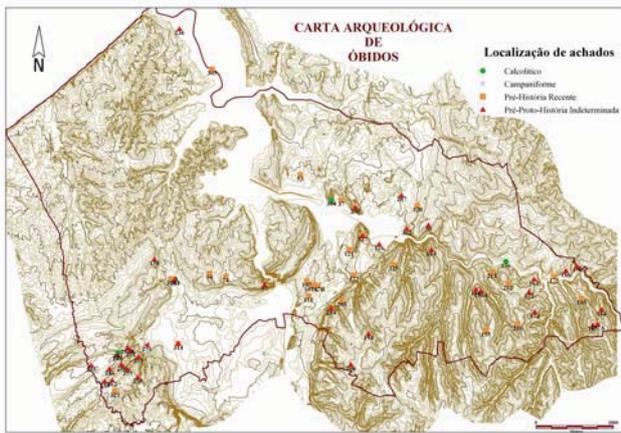


Fig. 27 e 28: mapas de sítios do Calcolítico, sobre bases orográfica e hidrográfica

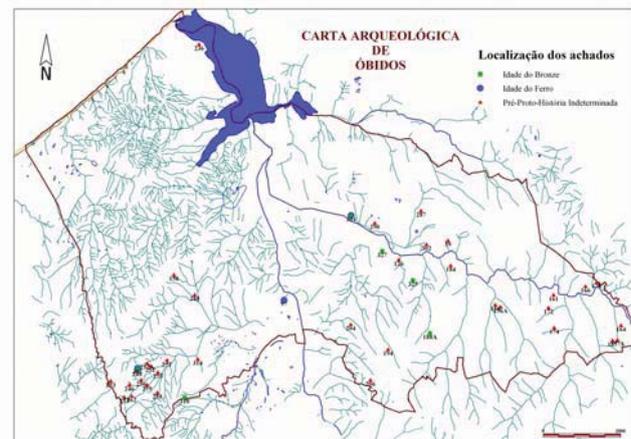
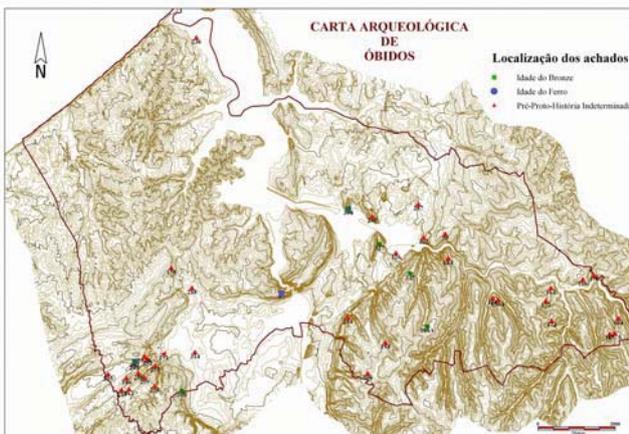


Fig. 29 e 30: mapas de sítios das Idades do Bronze de Ferro, sobre bases orográfica e hidrográfica

Período Romano

A existência da cidade romana de *Eburobrittium*, na freguesia das Gaeiras, deixava antever que fossem detectados, durante a prospecção de campo, indícios de ocupação desta época, no concelho. Efectivamente, foram encontrados vestígios que permitem pressupor a existência de duas *villae*, três casais, e ainda alguns achados avulsos que indiciam ocupações (Fig. 31). Há também notícias escritas de achados em alguns locais, que na prospecção de campo não forneceram materiais, pelo que apenas são referidos nas fichas como registos a partir de menção escrita.

EBUROBRITTIUM (CARQO 302) situa-se na Quinta das Flores, freguesia das Gaeiras (Fig. 32). Até 2006 foram já postas a descoberto, parcialmente, quinze estruturas romanas, três medievais/modernas, uma mina de água com lajeado fronteiro e uma nascente com o seu tanque receptor. Da época romana detectaram-se já o Fórum (com onze *tabernae*, um pequeno compartimento (escada ?), uma sala (*tabularium* e/ou *aerarium*?), a Basílica e as Termas (com um corredor de serviço, duas salas, o *praefurnium*, o lacónico e parte de uma sala pavimentada a *opus signinum*). A estação arqueológica encontra-se em vias de classificação como Monumento Nacional.

O espólio recolhido, enquadrável entre os sécs. I a.C. e IV/V d.C., durante as várias campanhas é variado e de grande interesse arqueológico. Podemos citar as abundantes sigillatas, paredes finas, loiça variada em cerâmica comum, ânforas, pesos de tear, lucernas, numismas dos sécs. III/IV, fíbulas, alfinetes, pulseiras em cobre, um prumo de pedreiro, em cobre, algumas inscrições honoríficas e funerárias, entre outros.

Em Amoreira de Óbidos (ABOBORIZ II, CARQO 109) poderá estar localizada uma *villa*, atendendo aos materiais que aí têm sido encontrados (*tegulae*, *imbrices*, pesos de tear, fragmentos de ânfora e *dollia*, moedas, escória, etc.), bem como uma inscrição, descoberta por Leite de Vasconcelos em 1894, de um duunviro de Eburobrittium, que teria aqui a sua residência. Por esta localidade passaria a via romana que seguia para Porto de Lobos (Peniche).

A outra *villa* poderá corresponder a BREJOS I (CARQO 1). A sua localização é privilegiada, num vale encaixado por dois grandes cabeços, numa zona aplanada com inclinação suave, perto da Lagoa. Em época romana teria, certamente, as águas da Lagoa a bordejá-la. Recolheram-se materiais diversos: cerâmica comum, de armazenamento e de construção, pesos de tear e *sigillata*, uma das quais hispânica, com a marca do oleiro MICCIO (Fig. 33).

Mais alguns locais foram identificados com vestígios de ocupação. Entre eles, identificámos como Casais os seguintes:

- SENHORA DO AMPARO III (CARQO 265-B), que forneceu cerâmica comum e de construção e um pequeno fragmento de sigillata;
- CASAL DO ZAMBUJEIRO II (n.º. 287-A), onde se recolheram cerâmicas comum, de armazenamento e de construção;
- GRANJA (n. 245), que forneceu cerâmica comum e de construção, um fragmento de sigillata e um de telha com grafito (Fig. 34).

Os locais que se seguem, pelos vestígios detectados, poderão corresponder a povoados romanizados:

- CASAL DO REBELO DO CONVENTO (CARQO 59): situa-se no cabeço sobre a cidade romana de *Eburobrittium*. Foram encontrados materiais desde a Pré-História à Época Moderna/Contemporânea. Num estudo de impacte ambiental realizado por Teixeira e Fonseca, são mencionadas cerâmicas romanas. Em *Eburobrittium* têm sido encontrados materiais líticos da Pré-História / Proto-História, possivelmente vindos deste cabeço por acção das águas, o que deixa pressupor ter existido aqui um povoado, quiçá a Eburobriga celta, com posterior ocupação romana.
- OUTEIRO DA AMOREIRA (CARQO 97): povoado quase completamente destruído pela exploração de uma pedreira. Ana Cristina Araújo (IPPAR) e Lugdero Marques, em 1992, ainda encontraram fragmentos de ânfora, de cerâmica comum e de construção, que atestam uma ocupação romana. Note-se que este cabeço se situa sobre a possível villa de Aboboriz II (Amoreira - CARQO 109).
- OUTEIRO DA ASSENTA (CARQO 304): o local foi objecto de algumas explorações arqueológicas por parte de Félix Alves Pereira e Luís Chaves, que registaram materiais desde a Pré-História à época romana, nomeadamente cerâmica comum, de armazenamento, de construção, sigillata, fíbulas, moedas, pesos de tear.

Foram também detectadas duas manchas de ocupação: VINHA DA BARROCA – CARQO 12 / CASAL DO PATO, CARQO 20 (Trás do Outeiro), e CASAL DO ZAMBUJEIRO I – CARQO 287, não sendo, no entanto, possível determinar a que tipo de estação correspondem. No Casal do Zambujeiro, e na casa de S. Rafael, existe um fragmento de uma inscrição romana datável de meados do séc. I, que terá sido recolhida nas imediações da casa.

Importantes são também os materiais romanos associados à vila de Óbidos, de onde se destacam fragmentos de *Terra Sigillata*, lucernas, pesos de tear, inúmeros numismas em ouro, prata e bronze

e um extraordinário bronze figurativo, possível elemento decorativo de carro, que representa quatro cavalos ligados por rédeas (quadriga) sobre uma base, que assenta numa grande cabeça de leão, que ornamenta um encaixe quadrangular, certamente para inserção de uma haste de madeira que a suportava, fazendo parte das colecções do Museu Nacional de Arqueologia, deverá provir de *Eburobrittium* (ver detalhes na ficha). Muitos dos materiais depositados no Museu Nacional de Arqueologia com a indicação toponímica **Óbidos** devem ser entendidos como pertencentes aos arredores de Óbidos e não só restringindo-se à vila propriamente dita.

Para além da cidade romana de *Eburobrittium*, onde se efectuam, anualmente, campanhas de escavações arqueológicas, julga-se que seria de muito interesse proceder-se, com alguma brevidade, a sondagens/escavações nas presumíveis *villae* em Amoreira de Óbidos (CARQO 109) e Brejos I (CARQO 1). Estas estações poderão contribuir com dados relevantes para a compreensão da ocupação romana no concelho e permitir compreender a sua interligação com *Eburobrittium*.

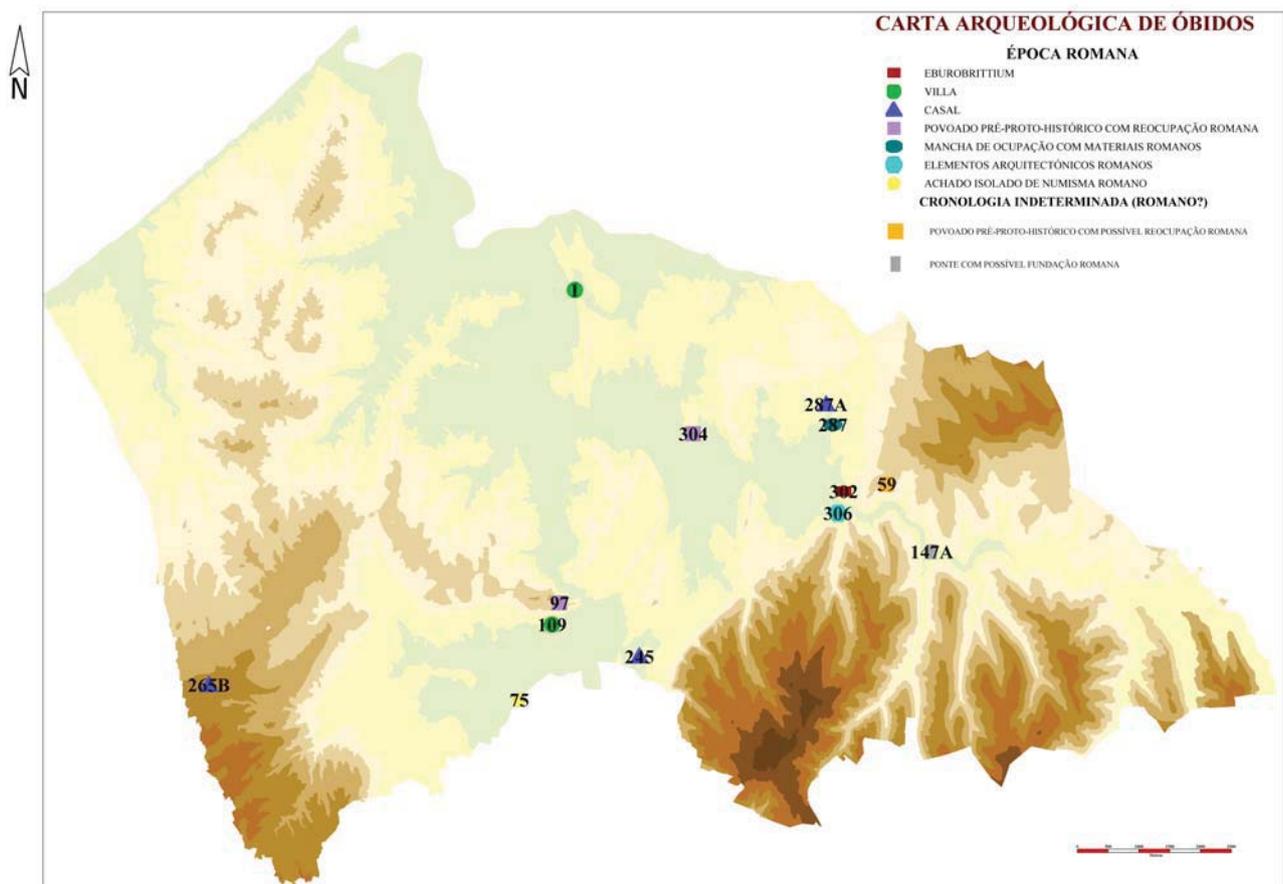


Fig. 31: Mapa de sítios romanos, sobre base hipsométrica



Fig. 32: Fotografia aérea sobre *Eburobrittium*



Fig. 33: Fragmento de *Terra Sigillata* hispânica com sigilo *MICC* (BJ.05.01.26)

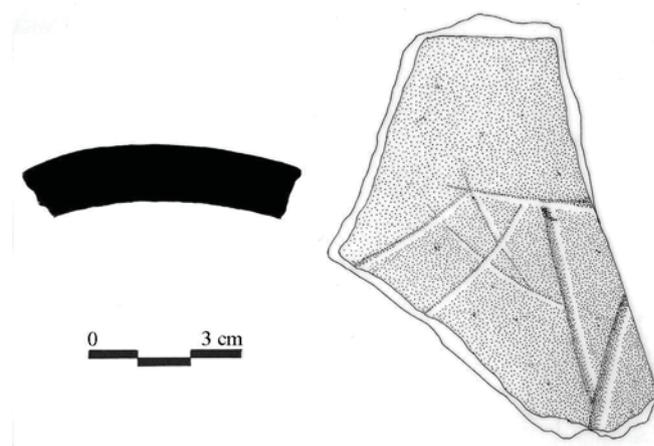


Fig. 34: Fragmento de telha com grafito (GJ.06.245.05)

Período Medieval

A fertilidade da várzea trilhada pelos rios Real e do Meio a poente, com a lagoa e o mar que forneciam abundância de pescado, e pelo rio Arnóia a nascente, continuavam a fazer da região um apetecível lugar de fixação. No entanto, nos alvares do reino português, a ocupação privilegiava o meio rural, precisamente buscando os proventos oferecidos pelas boas condições naturais, situação seguramente herdada dos períodos romano e islâmico.

Ao longo de duas décadas, várias intervenções arqueológicas no interior da cerca da vila trouxeram novas revelações sobre o percurso da povoação e dos seus habitantes nas épocas medieval e moderna. O mapa de distribuição dessas intervenções é indicador da preocupação de registo da informação arqueológica, por parte do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Óbidos (Fig. 41).

Se recuarmos ao período visigótico, a paisagem do morro de Óbidos, dominando a várzea e a lagoa, decerto estaria centrada na igreja de S. João do Mocharro. M. Santos Silva² acredita que um primitivo núcleo populacional terá ocupado a área em torno do Mocharro durante este período e que só com a ocupação muçulmana se terá muralhado o cerro, numa área idêntica à da actual alcáçova. Aí se localizaria um pequeno aglomerado, permanecendo o Mocharro como *habitat* da minoria moçárabe (Silva, 1997: 27-28).

As escavações arqueológicas realizadas na necrópole da igreja em 1988, 2002 e 2003 revelaram a existência de mais de seis dezenas de inumações dos sécs. XIV a XVI, admitindo-se porém que possa ter sido utilizada desde o séc. XII. O registo de dois silos, que não chegaram a ser escavados, sob as sepulturas, direcciona-nos para a hipótese atrás referida de que a remanescente população cristã teria podido manter as suas moradas no local. Por outro lado, nestas campanhas arqueológicas foram recolhidas moedas do séc. IV, comprovando anteriores ocupações, das fases romana e visigótica (Côrte-Real, Rebelo e Moreira: 1988; Moreira e Matias: 2003 e 2004). Barroca refere que a mais antiga referência escrita à igreja é do reinado de Afonso II, primeiro quartel do séc. XIII, e dá-nos a conhecer um epitáfio de 1334, de Pêro Domingues, raçoeiro de S. João do Mocharro (2000, II: 1572-4).

A presença muçulmana está mal reconhecida, tanto no respeito às fontes escritas como às arqueológicas. Mas é indubitável a radicação de populações muçulmanas numa região atractiva tanto do ponto de vista estratégico militar como económico, entre Lisboa, Santarém e Coimbra,

² A medievalista Manuela Santos Silva tem compilado preciosa informação das fontes e tem publicado vários estudos sobre a Óbidos Medieval que são a base incontornável de qualquer síntese sobre o tema.

muito próxima da orla atlântica. *Balâta*, a região entre Santarém e Lisboa, era considerada de uma incomparável fertilidade e pontuada de algumas fortalezas: Povos, Alenquer, Coruche, Torres Vedras, Óbidos, Peniche, Santarém, Ourém. A intervenção arqueológica na Cerca do castelo, na área de implantação do palco de ar livre, centrou-se nas ruínas de um edifício de cronologia provável do séc. XIII, com abandono na primeira metade do séc. XVI. O nível medieval mais expressivo, datado pela arqueóloga responsável do séc. XIII, e correspondente à construção do edifício, forneceu fragmentos cerâmicos, alguns dos quais denotam factura muçulmana ou de tradição muçulmana.

À conquista de Óbidos por D. Afonso Henriques (1148?) terá sucedido um período de povoamento, reabilitação e reforço da fortaleza. O termo de Óbidos no período pós-reconquista era vastíssimo, com limites nos Coutos de Alcobaça, no termo de Torres Vedras, no Atlântico e no termo de Santarém. Algumas povoações, das poucas existentes no termo, foram doadas no séc. XII a cruzados francos: Atouguia, Lourinhã, Vila Verde dos Francos. Em 1371 o município perde a parte sudeste para o nascente concelho de Cadaval (Silva, 1996: 334)

Segundo as «Memórias Históricas» a comuna muçulmana que persistiu após a conquista cristã situar-se-ia extra-muros, ou seja, fora da alcáçova, fora da Cerca Velha. A Igreja de Santa Maria, também fora de portas, foi erguida no séc. XII e tinha prior nomeado pelos crúzios de Coimbra. Em seu torno se terá desenvolvido o burgo medieval. A Igreja de S. Tiago do Castelo terá sido mandada construir por D. Sancho I (1186) e só por volta do séc. XIII (a primeira referência escrita data de 1234) se terá construído um novo templo, a Igreja de S. Pedro, numa área menos povoada. Na intervenção arqueológica da área desta igreja, para além da necrópole, foi registado e escavado um silo hemisférico, talhado na marga, onde se recolheram 32 moedas (Sancho I, Sancho II...).

A existência de quatro templos na povoação em meados do séc. XIII é vista por M. Santos Silva como a prova de um crescimento demográfico notável.

As obras no castelo propriamente dito foram da iniciativa de D. Dinis. A torre dita de D. Dinis pode ter servido de torre de menagem até à construção da segunda, por ordem de D. Fernando. A vila medieval estruturou-se então a partir da Rua Direita, com ligações às várias portas do recinto amuralhado e abrindo-se agora a duas direcções distintas: a ponte, para o Mocharro, a lagoa e o Atlântico, através da Porta da Telhada; a sul, para Lisboa e Torres Vedras, através da Porta da Vila. Um dinâmico arrabalde artesanal e mercantil nasce junto à Porta do Vale, mas o âmago das trocas tenderá, a partir do séc. XV, a deslocar-se para o centro da vila, onde também se localizava a judiaria, perto da cerca da alcáçova (Silva, 1996: 336 e 339).

Fora da vila de Óbidos, boa parte dos vestígios medievais poderão seguramente encontrar-se junto às múltiplas quintas que povoam o concelho e onde o nosso acesso foi muito limitado ou nulo. Na cidade romana de *Eburobrittium* foram evidenciados vestígios deste período.

A vigilância e a inter-comunicação estratégica exigiam seguramente, em todo este território, estruturas fortificadas do tipo *torre*, em madeira ou em pedra. Estamos em crer que identificámos uma delas, no Casal dos Covões (Vau). Trata-se dos restos de uma estrutura circular em pedra, com materiais cerâmicos no seu entorno, tardo-medievais/modernos. A localização na falésia, com visibilidade para a entrada da baía de Peniche-Berlengas e para os achados da Rocha do Gronho (CARQ 279), oferecia-lhe as condições ideais de vigilância, adequadas à presumível função de atalaia (Fig. 35). Os referidos achados da Rocha do Gronho e as condições topográficas do sítio, sobre a foz da Lagoa de Óbidos, sugerem também a localização de uma provável atalaia. Contudo, devido à intensa vegetação, não foi possível prospectar além de pequenos pontos da falésia, inviabilizando a sua identificação.

NECRÓPOLES

As várias necrópoles escavadas na área urbana de Óbidos, incluindo aqui a igreja do Mocharro, cronologicamente balizadas entre os sécs. XIII e XVI, são genericamente orientadas O-E e definem tipologias idênticas de enterramento: inumações em cova aberta, sem revestimento nem cobertura, inumações em caixa de pedra avulsa ou de alvenaria de pedra, com cobertura parcial ou sem cobertura, inumações em caixa antropomórfica de alvenaria de pedra. Em síntese, são as seguintes as necrópoles registadas e escavadas:³

S. João do Mocharro (Fig. 36) - As escavações arqueológicas realizaram-se em 1988, 2002 e 2003, tendo revelado várias dezenas de sepulturas. À necrópole é atribuída uma cronologia entre os sécs. XII-XIII e a segunda metade do séc. XVI. Escavadas no adro da igreja, com orientação O-E e sinais de reutilização, são na sua maioria inumações em cova aberta, sem revestimento nem cobertura, mas há algumas de pedra avulsa ou de alvenaria de pedra, com cobertura parcial ou sem cobertura. Uma delas era antropomórfica, em alvenaria. Sob duas das sepulturas registaram-se dois silos, que não foram escavados.

A cronologia proposta para a necrópole situa-se entre os sécs. XII-XIII e a segunda metade do séc. XVI.

Necrópole de São Pedro - no adro da Igreja de São Pedro, junto ao edifício da Câmara Municipal de Óbidos escavou-se uma necrópole constituída por 35 inumações. A maioria delas, com orientação

³ Informação mais detalhada nas respectivas fichas de sítio.

O-E e sinais de reutilização, é em cova aberta, sem revestimento nem cobertura. Algumas são de pedra avulsa com cobertura de lajes calcárias e registaram-se duas antropomórficas. A necrópole foi datada entre os séculos XIII/XIV e o século XVI. A utilização da necrópole ter-se-á, pois, iniciado nos sécs. XIII-XIV, quando da construção da Igreja de S. Pedro, com abandono no séc. XVI.

Igreja de São Tiago/Cerca do Castelo de Óbidos – Nas intervenções arqueológicas na envolvente da igreja, em 1986-1988, escavaram-se 102 sepulturas com orientação O-E, sendo a maioria inumações em cova aberta, sem revestimento nem cobertura. Três foram cortadas no barro e dispunham de tampa de lajes. Observam-se duas fases, uma dos sécs. XII-XIII e outra dos sécs. XVII/XVIII. Na intervenção de 2005 registaram-se vestígios do bairro habitacional da Cerca Velha e da mesma necrópole.

A FORTIFICAÇÃO

Nas fontes cristãs a Óbidos muçulmana é referenciada como uma robusta fortaleza, que dispunha de uma guarnição (Picard, 2000: 155). O seu papel era eminentemente estratégico, juntamente com Peniche (então uma ilha), na defesa da região administrativa de Santarém, mas seria também de refúgio das gentes que habitavam a envolvente rural.

O traçado da cerca muçulmana é hoje desconhecido e a pesquisa arqueológica não avançou ainda para sondagens precisas no castelo. Mas, a crer nas fontes citadas, o topo do morro de Óbidos seria circundado por muralha e torres. A torre da entrada da alcáçova (torre do relógio) poderá ter tido origem muçulmana e, como defende M. Santos Silva, ser uma torre albarrã na altura e posteriormente intervencionada por D. Sancho I (1997: 38). Outras duas portas existiriam, a noroeste – a Porta da Cerca-, e a leste- a Porta da Traição. Se a totalidade da construção remonta ao período islâmico, não pode ainda ser comprovado. É provável que os romanos possam pelo menos ter construído uma torre de vigilância no morro, mas os dados arqueológicos são ténues para que se possa chegar a conclusões a este respeito.

A Torre do Facho (ou Torre Vedra/Velha- ou Torre da Atalaia) (Fig. 37) deve ter sido também uma torre albarrã de época muçulmana, bem posicionada para a vigilância e a comunicação com outras atalaias, estando documentada já no séc. XII.

Apesar de poder ter havido lugar a obras logo com D. Afonso Henriques, acreditamos que as intervenções de ampliação e recuperação pós-reconquista terão sido efectivas apenas com D. Sancho I que, segundo alguns autores, terá mandado alargar a cerca desde o Postigo até à Torre do Facho. S. José Seabra transcreve uma inscrição comemorativa das reformas levadas a cabo por Sancho I no sistema defensivo, hoje desaparecida: «*Foi Reformado Este Castelo no Ano de 1213*».

Mário Barroca coloca em dúvida a autenticidade da inscrição, pela incongruência da datação em relação às características epigráficas em presença (2000, vol. II: 666-667). Outra inscrição, igualmente de paradeiro desconhecido, foi localizada junto à Torre do Facho, com a seguinte leitura:

FOI : REFORMADA : ESTA / MURALHA : POR : D : SAN / CHO :

PRIMEIRO

Luciano Cordeiro, e depois Mário Barroca, consideram que a inscrição não é coeva, atribuindo-a este último a meados da segunda metade do séc. XIV, sensivelmente do mesmo período da inscrição da torre de menagem adiante abordada (Barroca, 2000, vol. II: 1985: 86).

O amuralhado dos sécs. XII e XIII seria distinto do actual e mais reduzido. A documentação elucidada sobre a existência de áreas livres sobretudo na parte sul do perímetro (Silva, 1997). A escavação da Necrópole da Igreja de S. Pedro (Moreira e Matias, 2002 e 2003) forneceu alguns dados interessantes sobre a ocupação desta área. Aqui se escavou o silo já referido que forneceu numismas de Sancho I e Sancho II, e uma vala de fundação aberta no solo, com cerca de 2,30 m de largura, que pode ter correspondido aos alicerces de uma estrutura defensiva. Os arqueólogos sugerem que possa ter sido construída no reinado de Afonso III (1248-79) e que após a sua destruição entre os séculos XIII e XIV, a área se utilizou como cemitério, coincidindo com a construção da Igreja de S. Pedro. Esta data (sécs. XIII-XIV) parece-nos demasiado avançada se tomarmos em conta os dados recolhidos por M. Santos Silva e que apontam a edificação da igreja para fins do séc. XII/inícios do XIII, uma vez que o primeiro documento que se lhe refere, respigado pela historiadora, data de 1234. Nesta perspectiva, também o troço de muralha, a que corresponde a vala de fundação escavada, seria de cronologia anterior, provavelmente do período de obras de D. Sancho I ou anterior.

A D. Dinis é atribuído o início da construção dentro do castelejo (Fig. 38), em período cristão. As necessidades administrativo-militares terão conduzido à edificação de uma torre, no ângulo sudeste da cerca e provavelmente o arranque do alargamento da muralha a sul, prosseguida por D. Fernando (Silva, 1997:45).

A construção fernandina da Torre de Menagem, iniciada em Outubro de 1375, encontra-se também legendada por uma inscrição comemorativa gravada na primeira aduela do lado esquerdo da porta da torre, assim lida por Barroca (2000, II: 1843):

: Era : M^a : CCCC : XIII^a : A(n)o : S [Sic] : / NO : MÊS · DOITUBRO : / :
 FOI : COMECADA : ES / TA : TOR(r)E : Per MANDADO : / DEL : REI :
 DOM : FERNAn / DO : DA : Q(u)AL : FOI : VEE / DOR : L(ourenço) :

M(art)I(n)Z : DA : TOU / G(u)IA : E : FOI : DELA : M(estr)e : / : Io(ham)

: DO(mingue)Z : E : FOI : FEITA : / A : CUSTA : DO : DITO :

D. Fernando foi um impulsionador de obras de vulto em castelos portugueses e M. Barroca não deixa de sublinhar o facto, referido na inscrição, de a obra da torre se ter feito por sua conta, subentendendo-se a existência, à época, de outros investimentos na povoação, com outros vedores e mestres, outras fontes de financiamento. A comprovação encontra-a num documento estudado por M. Santos Silva, uma carta de D. Fernando, de 1376, ao Vedor da construção da Cerca Nova de Óbidos, João Eanes Pó (alcaide de Óbidos). Temos assim em curso, no mesmo período, a construção da Torre de Menagem, directamente financiada pelo rei, e a construção da Cerca Nova, custeada pelo município e povoações vizinhas (Barroca, 2000, vol. II: 1846-48).

Vemos assim que tanto em tempo de D. Sancho I como de D. Dinis e de D. Fernando se fizeram obras nas muralhas e castelo, crendo-se que terá sido no reinado deste último que a cerca se concluiu a sul, definindo-se a Porta da Vila como a principal (Silva, 1996: 336). A ligação à Torre do Facho só mais tarde deve ter-se consumado, uma vez que o espaço precedente era então ocupado pela gafaria, capela de S. Vicente, cemitério, necessariamente destacados do burgo (*Ibidem*).

Depois de um prolongado período de ruína, a terceira década do séc. XX será de reabilitação para o Castelo de Óbidos. Logo após a criação da DGEMN, ele foi um dos monumentos militares escolhidos pelo novo organismo para uma intervenção de restauro. O seu valor histórico e o perfil medieval do burgo serviam na perfeição os intentos patrióticos do Estado Novo e as directrizes de salvamento definidas. É um dos castelos com mais vasta intervenção na primeira fase da DGEMN e onde se desenvolvem práticas de restauro e de consolidação que servirão de modelo a outros castelos e cercas nos anos 39-40. Em 33-34 houve lugar a demolições e à reconstrução de alvenarias e ameias das muralhas e torres da vila, considerando-se, neste primeiro momento da intervenção, os monumentos do conjunto urbano intra-muros como parte integrante a conservar. Seguiu-se o restauro do castelo propriamente dito e, nos anos 50, a adaptação de parte dos edifícios da alcáçova a pousada de turismo. Na alcáçova são usadas cintas de betão armado para consolidação das paredes, que ficam encobertas e têm lugar reconstruções de paramentos, pavimentos, escadas, telhados e portas e até da abóbada de berço da torre de menagem. É sempre notado, na memória das obras, o recurso a elementos dispersos recolhidos nas escavações, permitindo a fidelidade ao primitivo (Fernandes, 2005). Outros detalhes destas intervenções serão objecto do estudo em curso pela equipa de História da Conservação e Restauro do Castelo (Fig. 39).



Fig. 35: Atalaia



Fig. 36: São João do Mocharro



Fig. 37: Torre do Facho



Fig. 38: Castelejo



Fig. 39: Castelo

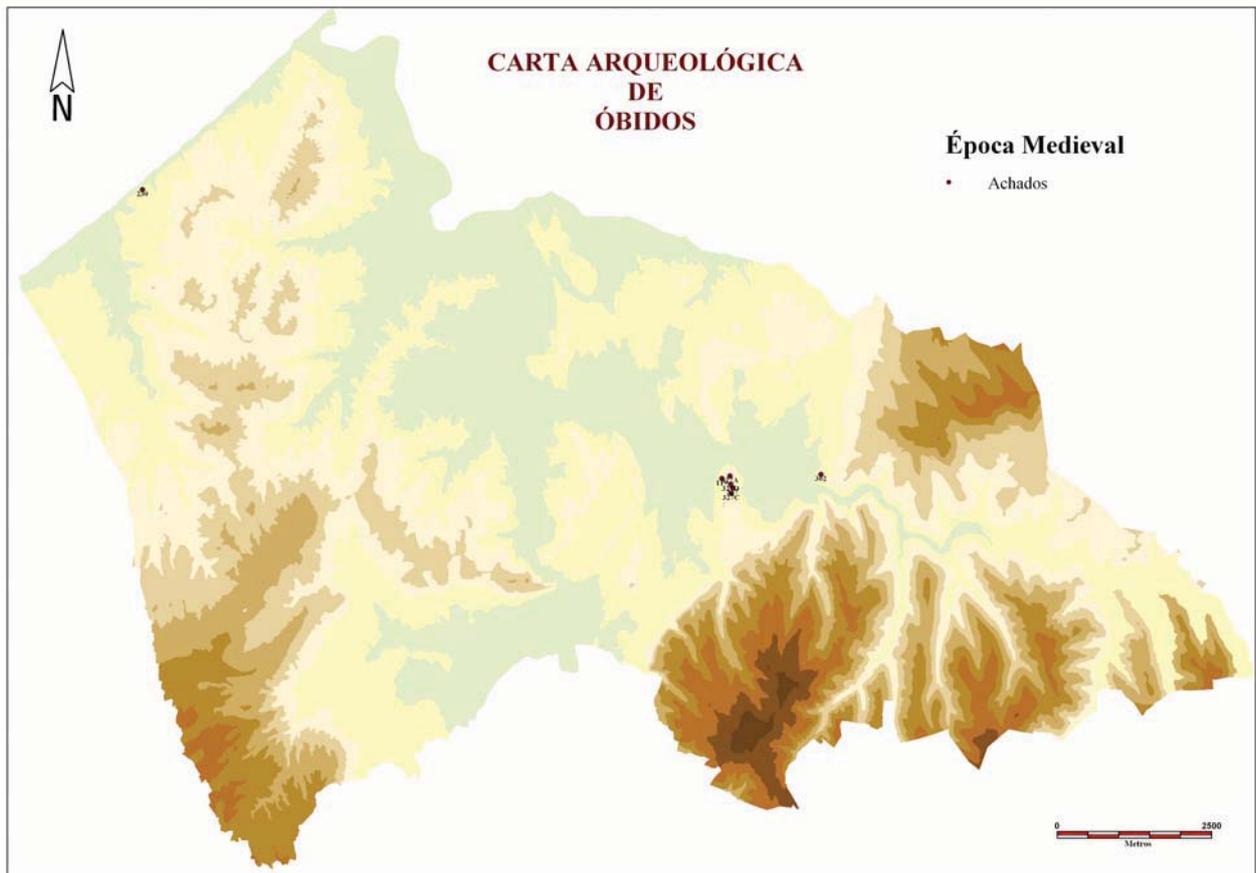


Fig. 40: Localização dos achados medievais sobre suporte hipsométrico

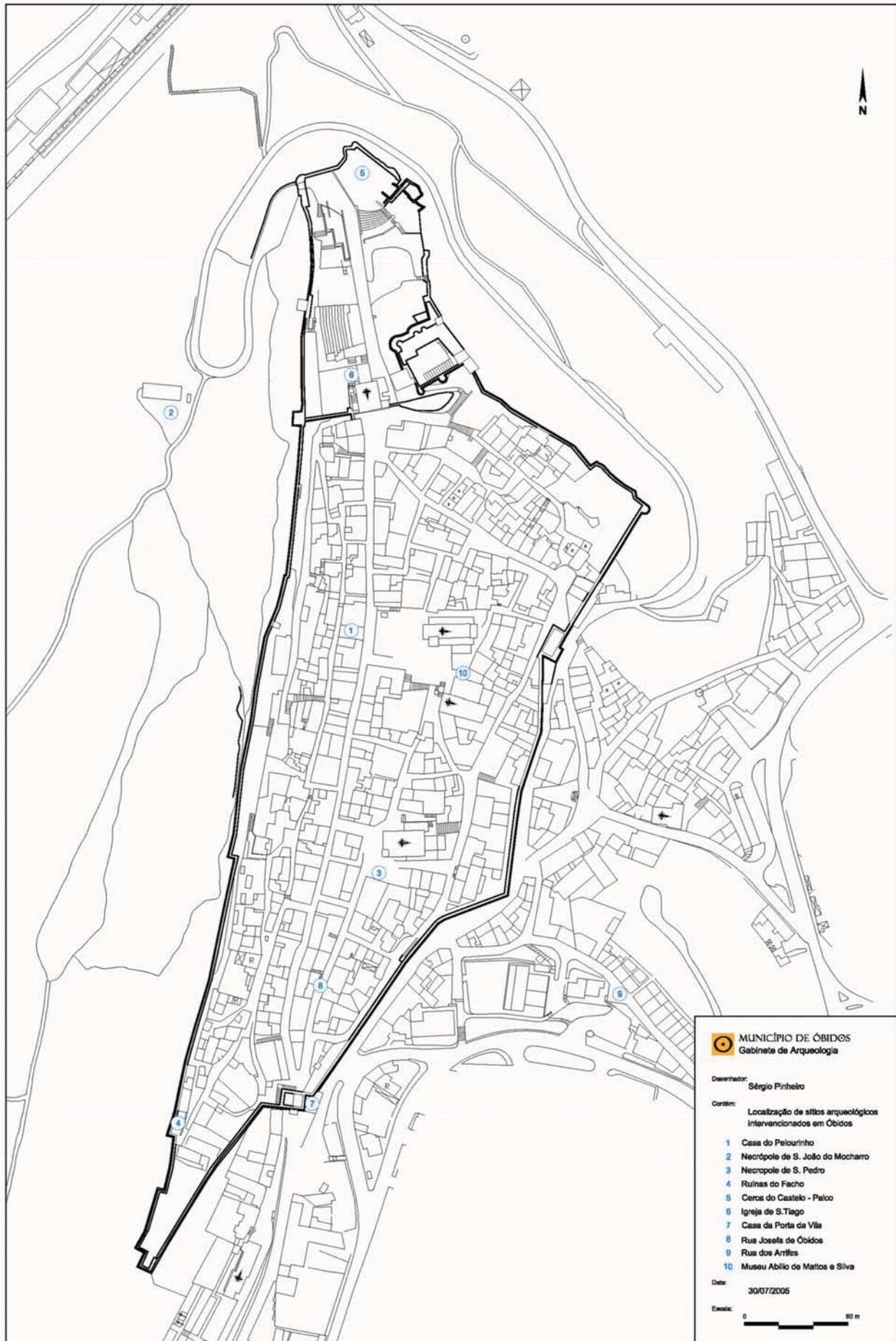


Fig. 41: – Planta da localização das intervenções arqueológicas na vila de Óbidos

4. CONSIDERANDOS FINAIS

O Estudo de Âmbito Arqueológico do Concelho de Óbidos, desenvolvido entre 2005 e 2008, cumpriu a sua principal missão: a elaboração da Carta Arqueológica de Óbidos. Foi um trabalho moroso, de equipa, e que não se limitou às saídas de campo, estendendo-se ao não menos meticuloso processo de análise e registo dos materiais arqueológicos recolhidos, à elaboração de cartografia, à sistematização de dados, à pesquisa de arquivo e bibliográfica. Apraz-nos registar que o resultado foi muito satisfatório, porquanto hoje o Município de Óbidos e os investigadores de arqueologia (e de outras áreas como a História, a Etnografia ou a Geologia) do concelho dispõem do importante instrumento de trabalho que é a Carta Arqueológica. Não sendo, porque nunca o é, um produto acabado, ele constitui um ponto de partida fundamental para outras pesquisas na região e é indispensável para a tomada de decisões sobre o ordenamento do território, o equacionamento de investimentos turísticos e culturais, a definição da política de preservação e divulgação patrimonial da autarquia.

Parecem-nos de destacar, desde logo, três linhas de força decorrentes dos resultados deste trabalho:

- As enormes potencialidades do Concelho de Óbidos em termos arqueológicos, apresentando-se como um território privilegiado para o estudo da Pré-História, com relevo para o Paleolítico, menos conhecido até agora;
- O reconhecimento, no concelho, de alguns sítios arqueológicos de suma importância (Outeiro da Assenta, Eburobrittium, entre outros) que importa valorizar, quer através de ações de preservação e divulgação, quer através de um investimento adequado em escavações arqueológicas que possam conduzir ao melhor conhecimento dos sítios e à sua inserção em roteiros de turismo cultural;
- A necessidade de realização de um estudo aprofundado e especializado, com abordagem histórico-arqueológica, do castelo e das muralhas da vila de Óbidos, ex-libris da região e verdadeiro motor do intenso fluxo turístico e da imagem cultural da autarquia, que bem merece essa atenção.

Nestes três parâmetros deixamos o nosso desafio de continuidade.

5. BIBLIOGRAFIA

- ABBÉ, L., BREUIL, H., VAULTIER, M. e ZBYSZEWSKI, G. (1942), «Les plages anciennes Portugais entre les caps d' Espichel et Carvoeiro et leurs industries Paleolithiques», *Anais da Faculdade das Ciências do Porto*, Tomo XXVII.
- ALARCÃO, J. e ÉTIENNE, R. (1974-79), «Les sigillées hispaniques», *Fouilles de Conimbriga*, IV, Paris, pp. 207, 241-242.
- ALARCÃO, Jorge Manuel N.L. (1983), «Portugal Romano», *História Mundi*, 33, Editorial Verbo, Lisboa, p. 273.
- ALARCÃO, Jorge de (1988), *Roman Portugal*, Vol. II, Aris & Phillips Ltd, Warminster, p.115
- ABERG, Nils (1921), *La civilisation énéolithique dans la Péninsule Ibérique*, Uppsala: A.B. Akademiska Bokhandeln.
- ABREU, Madalena Fernandes de (1980), *Monografia de Óbidos*, Ed. Comemorativa do 8º centenário da concessão do foral, Câmara Municipal de Vila Nova de Ourém.
- ALMEIDA, Fernando de e FERREIRA, Octávio da Veiga (1959), «Antiguidades de Torres Novas», *Revista de Guimarães*, 69;3-4, Guimarães, pp. 501-510.
- ALMEIDA, J. M. e FERREIRA, F. B. (1966), «Vária Epigraphica (Nova Série)», *Revista de Guimarães*, pp. 37-39.
- ALMEIDA, João de (1946), *Roteiros dos Monumentos Militares Portugueses*, II, Lisboa.
- ARNAUD, José Eduardo Morais, JORGE, Vítor de Oliveira e OLIVEIRA, Vasco Salgado de (1971), «O povoado fortificado neo e eneolítico do Penedo de Lexim (Mafra). Campanha preliminar de escavações – 1970», *O Arqueólogo Português*. 3ª Série, 5, Lisboa, pp. 97-132.
- ARRUDA, Ana (2005), «Eburobritium/Scallabis: que proximidade entre duas civitates vizinhas?», *Actas do Congresso: A presença romana na Região Oeste*, Museu Municipal do Bombarral e Câmara Municipal do Bombarral, pp.25-29
- AZEVEDO, Pedro A. de (1896), «Extractos Arqueológicos das Memórias Parochiaes de 1758», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. II, Lisboa, pp. 182; 317
- (1898), «Extractos Arqueológicos das Memórias Parochiaes de 1758», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. IV, Lisboa, pp. 135-153
- (1902), «Extractos Arqueológicos das Memórias Parochiaes de 1758; Notícias várias (Mosaico de Alcobaça)», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. VII, Lisboa, pp. 27-32; 283-288
- (1912), «Catálogo dos Manuscritos do Museu Etnológico. I - Documentos de S. Pedro de Óbidos», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol.XVII, Lisboa.
- BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Vols. I, II e III, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e Tecnologia, Porto.
- BARROSO, Anabela Henrique, *Alguns apontamentos para o levantamento arqueológico do concelho de Caldas da Rainha*, Coimbra.
- BATISTA, Alberto Vieira (1989), «As barracas dos pescadores da Lagoa de Óbidos», *Revista de Guimarães*, 96, Guimarães.

- BICHO, Nuno Ferreira (2000), «O processo de neolitização na Costa Sudoeste», *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular. Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica*. Vila Real 1999, Vol. 3, ADECAP, Porto, pp. 11-22.
- BLANCE, B. (1971), «Die Anfänge der Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel», *Studien zu den Anfängen der Metallurgie*, 4, Berlin, pp. 23 e 26.
- BONIFÁCIO, Luís (1949), «Alfeizeirão (Notas históricas e arqueológicas)», *Boletim da Junta da Província Extremadura*, série II, XXII, Lisboa, pp. 359-364.
- BOSCH-GIMPERA, Pedro (1966), «Cultura megalítica portuguesa y culturas españolas», *Revista de Guimarães*, 76;3-4, Guimarães, pp. 249-306.
- BUBNER, M. P. (1979), «Cerâmica de importação na Estremadura Portuguesa». *Ethnos*, 8, Lisboa, pp. 31-85.
- CÂMARA, Teresa Bettencout (1990), *Óbidos. Arquitectura e Urbanismo. Sécs. XVI e XVII*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, INCM, C. M. Óbidos.
- CAMPOS, Manuel Joaquim de (1906), «Aquisições do Museu Ethnológico Português (1906)», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. XI, Lisboa, pp. 284-295.
- CARDOSO, Mário (1956), «Cartas de Leite Vasconcelos a Martins Sarmento», *Revista de Guimarães*, 66:1-2, Guimarães, pp. 5-38.
- CARREIRA, J. R. E CARDOSO, J. L. (2001-2002), «A gruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos)», *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 10.
- CARREIRA, Júlio Roque (1994), *A Pré-História Recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior)*, Trabalhos de Arqueologia da EAM, 2, Lisboa, Colibri, pp. 47-144.
- CARTAILHAC, Émile (1886), *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, Ch. Reinwald, Paris pp. 84-103.
- Castelo de Óbidos*, Boletim da D.G.E.M.N., Vol. 68-69, Lisboa, (1952).
- CHAVES, Luís (1915), «Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos); Apêndice- Outeiro de Santo Antão», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. XX, Lisboa, pp. 107-155.
- COFFYN, A. (1983), «La fin de l'Âge du Bronze dans le centre du Portugal», *Arqueólogo Português*, IV série, 1, Lisboa, pp. 169-196
- CORREIA, S. (1980), «Povoamentos calcolíticos da Estremadura – tentativa de abordagem económica», *Arqueologia*, 2, Porto, pp. 24-29.
- COSTA, C. e NEVES, C. (2008), «A ocupação Pré-História do Alto de Santo Antão (Óbidos): Primeira leitura dos resultados de uma intervenção arqueológica», *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 3, NIA, pp. 63-72.
- CRESPO, Albertino e TURTADO, Antero R., (1982), *Várzea da Rainha: Subsídios para o estudo de um latifúndio no concelho de Óbidos, Séc. XVI-XIX*, Bombarral.
- CRUZ, P. Belchior da (1896), «Museu Municipal da Figueira da Foz», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. II, Lisboa, pp. 235.

- DECHELETTE, Joseph (1909), *Essai sur la chronologie prehistorique de la Peninsule Ibérique*, 13, Paris, pp. 15-38.
- DELGADO, Joaquim Filipe Nery da Encarnação (1867), *Da existência do homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelos estudos das cavernas. Notícia acerca das Grutas da Cesareda*, Lisboa, p.133.
- (1880), «Les grottes de Peniche et Casa da Moura, Portugal. Station et sépulture néolithique», *Materiaux pour l'histoire primitive et naturel de l'homme*, 2^a série: 11, 6^a (Juin: p. 241) e 11^a livraison (Novembre: pp.529-533), Paris.
- (1884), «La grotte de Furninha à Peniche», *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Prehistoriques*, Académie Royale des Sciences, Lisboa, pp. 207-278.
- DIAS, Maria Manuela Alves (1993), «Uma Cassia Terrania num fragmento epigráfico da Columbeira, Bombarral ?», *Ficheiro Epigráfico*, 44, n^o199, Coimbra.
- DINIZ, Mariana (2000), «Neolitização e megalitismo: arquiteturas do tempo no espaço Muitas antas, pouca gente?». Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo, *Trabalhos de Arqueologia*, 16, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 105-116.
- ENCARNAÇÃO, J. de e MOREIRA, J. B. (2005), «Epigrafia de Eburobritium», *Actas do Congresso: A presença romana na Região Oeste*, Museu Municipal do Bombarral e Câmara Municipal do Bombarral, pp.131-134
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2005), «La restauración de los castillos de Portugal (años 30-60 del siglo XX)», *Arquitectura Fortificada: Conservación, Restauración y Uso de los castillos*. Actas do Simpósio Internacional, Segovia, 24, 25 e 26 Novembro 2004, Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, Valladolid, pp. 157-194.
- FERREIRA, Octávio da Veiga (1957), «Tipos de punhal lítico da colecção dos Serviços Geológicos de Portugal», *Revista de Guimarães*, 67:1-2, Guimarães, pp. 185-191.
- (1966), *La culture du vase Campaniforme au Portugal*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- (1969), «Acerca dos conhecimentos de medicina e cirurgia na antiguidade», *O Arqueólogo Português*, 3^a série, 8, Lisboa, pp. 119-130.
- (1970a), «Acerca dos vasos globulares, com asas perfuradas e ornamentadas em “falsa” folha de Acácia», *I Jornada Arqueologia*, 2, pp. 227-237 e estampa I.
- (1970b), «Alguns objectos inéditos, bastante raros, da colecção do professor Manuel Heleno», *O Arqueólogo Português*, 3^a série, 4, Lisboa, pp. 163-174.
- FERREIRA, O. da V. e ROCHE, J. (1980), «Alguns objectos de adorno do Paleolítico Superior», *Arqueologia*, 2, Porto, pp. 7-11.
- FERREIRA, Seomara da Veiga (1969), «Marcas de oleiro em território português», *O Arqueólogo Português*. 3^a Série, 3, Lisboa, pp. 141,160-163 e 171.
- FERREIRA, Sónia Duarte (2003), «Os copos no povoado calcolítico de vila Nova de São Pedro», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. VI, n^o2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 181-228.
- FLAES, R. e Zbyszewski, G. (1945-46), «Hallazgo de un yacimiento paleolítico en la Extremadura portuguesa entre Caldas da Rainha e Foz do Arelho», *Ampurias*, T. VII- VIII, Barcelona, pp. 37-47.
- FORENBAHER, S. (1999), «Production and exchange of bifacial flaked stone artifacts during the portuguese calcolithic», *BAR International Series*, 756
- FRANÇA, J. C., ROCHE, J. e FERREIRA, O da VEIGA (1961), «Sur l'existence problabe d'un niveau solutréen dans les couches de la grotte de Casa da Moura (Cesareda)», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Tomo XLV, Lisboa.

- FRAZÃO, A. C. (1952), *Novo Dicionário Corográfico de Portugal: Continental e ilhas adjacentes*, Editora Domingos Barreiro, Porto.
- FURTADO, A., MAURÍCIO, A. S., CORTES, V. e MONTEIRO, J. A. (1969), «Lapa do Suão (Bombarral)», *O Arqueólogo Português*, 3ª série, 3, Lisboa, pp. 63-70.
- GALLAY, G. E SPINDLER, K. (1972), «Varatojo und Lapa do Suão. Zu neolithikum in westwern du Iberischen Halbinsel», *Madri der Mitteilungen*, 13, pp. 11-22, abb.2 2-3, 2.1.
- GARCIA, Eduíno Borges (1971), «Em busca de Eburobritium, cidade pré-romana da Lusitânia», *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, Lisboa, pp. 457-462.
- GARCIA, Luís de Freitas (1928), *Óbidos. Guia do Visitante (com numerosas notas arqueológicas e críticas e muitas descrições de monumentos e lugares)*, Lisboa.
- GIRARD, Alberto, (1915), *A Lagoa de Óbidos*, Extracto das “Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal”, 11, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- GONÇALVES, J. L. M. (1994), «Castro da Columbeira: uma primeira fase do Calcolítico médio estremenho?», *Al-Madan*, 2ª série, nº 3, pp. 5-7.
- GORJÃO, Sérgio (1981), «O convento de S. Miguel, Trás do Outeiro e Gaeiras», *Descobrir Óbidos*, Associação de defesa do património de Óbidos, Museu Municipal de Óbidos.
- (1997), *Senhor Jesus da Pedra: guia do núcleo museológico*, Óbidos
- (1998), «Santuário do Senhor Jesus da Pedra, Óbidos, Monografia Histórica», *Estudos de História Regional*, 14, Colibri, Lisboa.
- (2002), «Os franciscanos em Óbidos», *Essencial Descobrir Óbidos*, 10, Câmara Municipal de Óbidos.
- (2003), «A igreja de S. João Batista de Óbidos (Antiga Capela de S. Vicente)», *Essencial descobrir Óbidos*, 11, Câmara Municipal de Óbidos.
- GUILAINE, J. e FERREIRA, O. da Veiga (1970), «Le néolithique ancien au Portugal», *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 67, pp. 304-322.
- HARRISON, J. R. (1977), *The bell beaker culture in Spain and Portugal*, Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, Harvard University, Cambridge, Massachusetts, p. 157.
- HELENO, Manuel (1942), «O culto dos machados no Calcolítico Português», *Etnos*, Vol. 2, pp. 461-464.
- (1957), «Um quarto de século de investigação arqueológica», *O Arqueólogo Português*, Nova série: 3, Lisboa, pp. 221-237.
- HOMEM, Paula Cristina Menino, (1987), *Eburobritium, subsídios para o Estudo da civitas*, Coimbra (Trabalho da cadeira de Técnicas de Investigação Arqueológica).
- Hübner, Emílio (1871), *Notícias Archeologicas de Portugal*, Lisboa.
- Igreja Santa Maria de Óbidos*, (Dez. 1949), Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Vol. 58.
- «Industries Lithiques sur les rives de la lagune de Óbidos», *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences*, Lisboa, 7(2), 1916, 115-126.
- Informação Arqueológica* (1982), nº2, p. 111; (1983), nº3, pp. 11-12; (1986), nº6, p. 52, Lisboa.
- JALHAY, E. (1947), «A Alabarda de sílex do casal Barba Pouca (Mação) e a expansão das lanças e alabardas líticas em Portuga», *Brotéria*, 44, pp.36-56.

- LARCHER, Tito Benevenuto de Lima e Sousa (1907), *Dicionário Biographico, Chorographico e Histórico do Districto de Leiria e Concelho de Vila Nova d'Ourém*, Leiria.
- LEAL, Augusto Pinho (1873-1890), *Portugal antigo e moderno: dicionário geográfico estatístico, chorográfico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*, 12 volumes, Lisboa, Livraria editora Mattos Moreira e Companhia.
- LEBRE, Anabela Gomes e GRANBINI, Lígia Inês, *Alguns elementos de arqueologia do concelho do Bombarral. Contributo para o seu levantamento*, Coimbra.
- LEISNER, G. e LEISNER, V. (1965), «Die megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Western. Berlin, Walter de Gruyter.
- LEISNER, V. (1967), «Die Verschieden Phasen des Neolithikums in Portugal», *PalaeoHistoria*, 12, pp. 363-372.
- LEITÃO, M., NORTH, C.T., NORTON, J., FERREIRA, O. da V. e ZBYSZEWSKI, G. (1987), «A Gruta pré-histórica do Lugar do Canto, Valverde (Alcanede)», *O Arqueólogo Português*, S. IV, pp. 37-65.
- LILLIOS, Katina, READ, Caroline e ALVES, Francisco (2000), «The axe of Obidos lagoon (Portugal): an uncommon find recovered during an underwater archaeological survey (1999)», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. III, nº1, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 5-14.
- LOPES, Coelho (1913), «Aquisições do Museu Ethnológico Português (1913)», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol.XVIII, Lisboa, pp. 144-162.
- LOPES, Dário (1991), *História e Lendas do Vau*, Câmara Municipal de Óbidos.
- Luís, Luís (2003), «As cerâmicas Campanienses de Mértola», *Trabalhos de Arqueologia*, 27, Lisboa
- MACHADO, João Luís Saavedra (1920), «Aquisições do Museu Etnológico Português», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. XXIV, Lisboa, pp. 241-270.
- (1947), «Subsídios para a História do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos», *O Arqueólogo Português*, Nova série: 5, Lisboa, pp. 51-448.
- MACWHITE, E. (1951), «Estúdios sobre as relaciones artísticas de la península ibérica en la Edad del Bronce», *Seminário de História Primitiva de l'Hombre*, Madrid.
- MANTAS, Vasco Gil (1982), «Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras», *Conimbriga*, XXI, Coimbra, p.77
- (1986), «Um miliário de Adriano, em Alfeizeirão», *Conimbriga*, XXV, Coimbra, pp. 213-225.
- (), «As cidades marítimas da Lusitânia», *Les Villes Maritimes de la Lusitainne Romaine*, Paris, pp.149-205
- (), «Cidades e História Económica na área de influência da Estrada OLisipo-Bracara», *Rutas, ciudades e Moneda en Hispânia*, Anejos do Archivo Español de Arqueologia, XX, Madrid, pp. 279-298.
- «A rede viária romana e medieval da região de Torres Vedras», *Actas de História Medieval, Torres Veteras*, I, Câmara Municipal de Torres Vedras e Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo "Alexandre Herculano", pp. 11-25.
- MARQUES, G., Praes, J. P., COELHO, L. (1976), *Reestruturação da actividade arqueológica em Portugal*, Lisboa.
- MARQUES, Maria Zulmira Albuquerque Furtado (1994), *Por terras dos antigos coutos de Alcobaça – História, arte e tradição*, Alcobaça.
- MAYET, Françoise (1984), *Les céramiques sigillées hispaniques*, Paris, pp.152-154 e Planche CCXIV.

- MONTEAGUDO, L. (1977), *Die beile auf du Iberischen Halbinsel*, C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, Muechen.
- MONTEIRO, Jorge de Almeida e FERREIRA, Octávio da Veiga (1968), «O colar de conchas de "glycimeris" da Lapa do Suão (Bombarral)», *Revista de Guimarães*, 78:1-2, Guimarães, pp. 55-60,
- MOREIRA, José Beleza (1998a), «Cidade romana de Eburobrittium», *Cadernos Culturais*, 1, Óbidos, pp. 19-22.
- (1998b), «Cidade romana de Eburobrittium», *Linha do Oeste: Óbidos e Momentos Artísticos Circundantes*, Assírio & Alvim, Lisboa, pp. 27-31.
- (2000), *Eburobrittium*, I-II, Coimbra. (Tese de mestrado).
- (2002), *Cidade romana de Eburobrittium, Óbidos*, Coleção Ciência. Arqueologia, Mimesis.
- NATIVIDADE, M. Vieira (1900), «Grutas de Alcobaça», *Portugália*, Tomo I, Fascículo 3, pp. 233-474.
- OLEIRO, J. M. Bairrão (1951), «Elementos para o estudo da "Terra Sigillata" em Portugal», *Revista de Guimarães*, Vol. LXI, p. 97.
- OLIVEIRA, Francisco de Paula e (1888-1892), «Caracteres descritivos dos craneos da Cesareda (memória póstuma)», *Comunicações da Comissão de Trabalhos Geológicos*, 2, Lisboa, pp. 109-118.
- OLIVIER, J. (1947), *Le Paléolithique Supérieur au Portugal*, Coimbra-
- PAÇO, A. do (1967), *Subsídios para uma nova carta do Paleo e Mesolítico Português*, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, pp. 9-11.
- PAÇO, A. do e Cabaço, Hipólito (1964), «Paleolítico das Caldas da Rainha», *Brotéria*, Vol. LXXVIII, Lisboa.
- PARREIRA, José, *Lagoa em Óbidos, património ambiental* (1999), 1ª ed., Óbidos.
- (2002), *A Lagoa de Óbidos*, nº8, Associação de Defesa do Património do Concelho de Óbidos, Câmara Municipal de Óbidos-
- Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado. Inventário* (1993), 3 Vols., IPPAR, Lisboa.
- PEIXOTO, Rocha (1892), *Estações de aquicultura: memória*, Imprensa Nacional, Lisboa, p. 19.
- PEREIRA, Amália Horta (1979), *Etnos*, vol.8.
- PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme (1911), *Dicionário Histórico, Chorographico, Biográfico e Artístico*, Lisboa.
- PEREIRA, Félix Alves (1914), «Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos)», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. XIX, Lisboa, pp. 135-146.
- PEREIRA, José Fernandes (1970/71), «Visitações a Santiago de Óbidos (1482-1500)», *Lusitania Sacra*, Tomo IX, Lisboa.
- (1988), «Óbidos», *Cidades e vilas de Portugal*, 2, Presença, Lisboa.
- (1989), *O Santuário do Senhor da Pedra*, Câmara Municipal de Óbidos.
- PERPÉTUA, Manuel de Oliveira, *Óbidos*, (Tese de licenciatura em Histórico-Filosóficas).
- PICARD, Christophe (2000), *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Maisonneuve & Larose, Paris.
- RAPOSO, Jorge (2001), «Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal», *Al-madan*, 2ª série: 10, Almada, pp. 100-157.

- RAPOSO, Luís (coordenação) (2002), *Religiões da Lusitânia. LOQQUNTUR SAXA*, Museu Nacional de Arqueologia, Instituto Português de Museus e Ministério da Cultura, Lisboa, p.487.
- RAU, V. (1947), «Da originalidade do Paleolítico inferior no litoral português», *Las Ciencias*, Año X, nº 3, Madrid.
- RIBEIRO, Luís Paulo (2002), «Óbidos, Terra de Santa Maria, um reencontro com a História», *Essencial descobrir Óbidos*, 9, Câmara Municipal de Óbidos.
- ROCHE, J. (1951), «Le niveau paléolithique supérieur de la grotte da Casa da Moura (Cesareda)», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, T. XXXII, 1ª parte, Lisboa, pp.103-122.
- ROCHA, A. S. (1907), «As grutas da Columbeira», *Boletim da sociedade Arqueológica Santos Rocha*, 4, pp. 118-122.
- ROCHA, A. S. (1909), «Abrigo sob a rocha da Serra das Picotas», 1ª série, Vol. XIV, Lisboa, pp. 317-320.
- RODRIGUES, Carlos Orlando e GARCIA, Renato (2002), *Olho Marinho*, nº7, Associação de defesa do Património de Óbidos, Câmara Municipal de Óbidos.
- ROMERO CARNICERO, Maria Victoria (1985), «La Terra Sigillata», *Numancia I*, pp. 257, 271-273 e 431.
- RUIVO, José (2005), «A presença romana na região Oeste na perspectiva dos tesouros monetários», *Actas do Congresso: A presença romana na Região Oeste*, Museu Municipal do Bombarral e Câmara Municipal do Bombarral, pp.135-147
- SALVADO, Maria da Silva (2004), «Apontamentos sobre a utilização de osso no Neolítico e Calcolítico da Península de Lisboa. As colecções do Museu Nacional de Arqueologia», *O Arqueólogo Português*, Suplemento 2, Lisboa.
- SANTOS, M. Farinha (1972), *Pré-história de Portugal*, Biblioteca das Civilizações Primitivas, 19, Lisboa.
- SANTOS, Manuel Farinha dos, SILVA, Carlos Manuel Lindo Tavares da e SOARES, Joaquina (1972), «Campaniforme da Barrada do Grilo (Torrão - Vale do Sado)», *O Arqueólogo Português*, 3ª série: 6, Lisboa, p. 174.
- SAVORY, H. N. (1968), «Spain and Portugal. The prehistory of the Iberian Peninsula», *Ancient People and Places*, 61, Londres, p.67.
- SCHUBART, H. (1970), *Die Kupferzeitliche Befestigung von Columbeira*, Portugal, Madrider Mitteilugen II: 59-73.
- SCHUBART, H., FERREIRA, O. da V. e MONTEIRO, J. A. (1969), «A fortificação eneolítica da Columbeira, Bombarra» I, *O Arqueólogo Português*, Nova série: 3, Lisboa, pp. 17-36.
- SENNA-MARTINEZ, João Carlos de (2002), «Desestruturação e Complexização: Aspectos e Problemas da 1ª Idade do Bronze na Península de Lisboa», *Actas de Pré-História e História Antiga, Turrets Veteras*, IV, Câmara Municipal de Torres Vedras e Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo “Alexandre Herculano”, pp. 75-94.
- SILVA, Carlos Manuel Lindo Tavares da e CABRITA, Mateus Gonçalves (1966), «A utilização de moluscos durante o eneolítico português», *Revista de Guimarães*, 76:3-4, Guimarães, pp. 307-338.
- SILVA, Manuela Santos - (1988), «Espaço defendido e estruturas de defesa em Óbidos durante a Idade Média», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, V Série, Lisboa, pp. 71 – 77.

- (1988), «Óbidos "Terra que foi da Rainha D. Filipa" (O Senhorio de Óbidos de 1415 a 1428)», *Actas de Arqueologia do Estado. Primeiras Jornadas sobre Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul (Séculos XIII - XVIII)*, História & Crítica, Lisboa, pp. 311 – 330.
- (1989), «Óbidos, uma vila portuguesa nos finais da Idade Média», *Sábado dos Descobrimentos - II*, Setembro de 1989, pp. X e XI.
- (1991), «Salir do Porto. Um exemplo dos pequenos portos da Estremadura durante a Idade Média», *Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região*, Edição da Câmara Municipal de Leiria, Leiria, pp. 355 – 364.
- (1993), «Contribuição para o estudo das oligarquias urbanas medievais: a instituição de capelas funerárias em Óbidos na Baixa Idade Media», *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares. Actas II*, Universidade Aberta, Lisboa, pp. 113 – 127 e pp.333 – 337.
- (1993), «As Cidades (Séculos XII – XV; Óbidos)», *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias* dirigida por João Medina, vol. III - *Portugal Medieval*, Ediclube, 1993, pp. 249 - 312.
- (1994), «O concelho de Óbidos nas Cortes Medievais Portuguesas», comunicação apresentada às Jornadas sobre o Município na Península Ibérica (Séculos XII a XIX), realizadas em Santo Tirso de 22 a 24 de Fevereiro de 1985; publicada em *A região de Óbidos na Época Medieval. Estudos*, Património Histórico, Grupo de Estudos, Caldas da Rainha, pp. 71 – 84.
- (1994 A), «A Formação de um Património Eclesiástico: o da Igreja de Santa Maria de Óbidos», comunicação apresentada ao IV Coloquio Internacional de Historia Medieval Andaluza, sobre "Las Ciudades Andaluzas (Siglos XIII - XVI)", Estepona, 23 a 26 de Fevereiro de 1989; publicada em *A região de Óbidos na Época Medieval. Estudos*, Património Histórico, Grupo de Estudos, Caldas da Rainha, pp. 183 - 198.
- (1994 B), «Uma prestigiada linhagem obidense: a de Rui Nunes nos séculos XIV e XV», comunicação apresentada ao Colóquio «Poder Central e Poderes Periféricos em Perspectiva Histórica», Reguengos de Monsaraz, 14 a 16 de Abril de 1989; publicada em *A região de Óbidos na Época Medieval. Estudos*, Património Histórico, Grupo de Estudos, Caldas da Rainha, pp. 123 - 154.
- (1994 C), «A comunidade judaica obidense na Idade Média», comunicação apresentada ao Congreso Internacional Judios y Conversos en la Historia, Ribadavia (Orense), 14 a 17 de Outubro de 1991; publicada em *A região de Óbidos na Época Medieval. Estudos*, Património Histórico, Grupo de Estudos, Caldas da Rainha, 1994, pp. 171 – 182.
- (1996), «Alguns passos da acção do conquistador na Estremadura Litoral: o caso específico da região envolvente de Óbidos», comunicação apresentada ao 2º Congresso Histórico de Guimarães, publicado em *Actas do Congresso*, volume 2, pp. 109-116, Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho.
- (1996 A), *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*, Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, (versão original policopiada).
- (1997), «Estruturas Urbanas e Administração Concelhia. Óbidos Medieval», *Patrimonia Historica*, Cascais.
- (1998), «A vila de Óbidos - um percurso histórico, Linha do Oeste». *Óbidos e Monumentos Artísticos Circundantes*, Assírio e Alvim, Lisboa, pp. 33-49.
- (1998 A), «Reflexões em torno da conquista da Estremadura (1147-1153)», comunicação apresentada no colóquio *Santarém na Idade Média*, realizado em 13 e 14 de Março de 1998 em Santarém, no Centro Cultural Scalabitano.
- (1998 B), «Ensaio para uma monografia das colegiadas de Óbidos na Idade Média», conferência proferida em Braga no dia 29 de Maio de 1998 nas *III Jornadas do Mestrado em História e Cultura Medievais da Universidade do Minho*, publicada em *Clio*, Nova Série, Volume 3, Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 7-24.

SILVA, Joaquim António (1994), *Artes do fogo, sabedoria dos homens: uma olaria tradicional do concelho de Óbidos*, Património Histórico, Caldas da Rainha.

SPINDLER, Konrad (1976), «Die neolithische Parede-gruppe in Mittel-Portugal», *Madrider Mitteilungen*, 17.

- (1981), *Cova da Moura*. «Die Besiedlung des Atlantischen Kuestengebietes Mittelportugals vom Neolithikum bis an das Ende der Bronzezeit», *Madrider Beiträge*, 7, Mainz: Zabern.

STRAUSS, L., ALTUNA, G., JACKES, M. e KUNST, M (1988), «New excavations in Casa da Moura (Serra del Rei, peniche) and at Abrigos de Bocas (Rio Maior), Portugal», *Arqueologia*, 18, pp. 65-95.

TOVAR, António (1976), *Iberische Landeskunde*, Baden-Baden: Valentin Koerner, 2.

TRINDADE, J. (2001), *Memórias Históricas e diferentes apontamentos, acerca das antiguidades de Óbidos*, Câmara Municipal de Óbidos.

VANDERHOEVEN, M. (1964), *De Terra Sigillata te Tongeren*, II, Tongeren, p.36.

VASCONCELLOS, José de Leite de (1895), «Perguntas», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. I, Lisboa, pp. 39.

- (1895 A), «Acquisições do Museu Ethnográfico Português», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. I, Lisboa, pp. 218-222.

- (1896), «Nota acerca de Fontes», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. II, Lisboa, pp. 249.

- (1897), *Religiões da Lusitânia*, I, Imprensa Nacional, Lisboa.

- (1900), «Anacleta Epigraphica lusitano-romana», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. V, Lisboa, pp. 173-174.

- (1900 A), «Mosaico lusitano-romano de Leiria - Novo deus do pantheon lusitano», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. V, Lisboa, pp. 333-334.

- (1904), «Aquisições do Museu ethnológico Português», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. IX, Lisboa, pp. 39-40.

- (1910), «Anacleta archeologica», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. XV, Lisboa, pp. 321-328.

- (1914), «Anacleta archeologica», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. XIX, Lisboa, pp. 85-90.

- (1915), «Goiva de Pedra (Óbidos)», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. XVIII, Lisboa, p. 130.

- (1915 A), *História do Museu Ethnológico Português*, Lisboa, pp. 19, 98, 172, 175, 177, 181-183, 191, 229, 271, 308, 317-320, 325, 327-328, 330-331.

- (1916), «Entre Tejo e Odiana. Na Páscoa de 1915», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. XXI, Lisboa, p. 152-195.

- (1917), «Coisas velhas», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. XXII, Lisboa, p. 120.

- (1918), «Signum Salomonis (Estampas)», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. XXIII, Lisboa, pp. 203-269.

- (1919/1920), «Coisas Velhas», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. XXIV, Lisboa, p. 236.

- (1922), «Inscrição romana da tornada (Caldas da Rainha)», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. XXV, Lisboa, pp. 247-248.

- (1921-1922), «Encabamento de instrumentos de pedra pré-históricos», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. XXV, Lisboa, pp. 288-298.

- (1936), «Inscrições lusitano-romanas do Museu Etnológico», *Revista de Arqueologia*, II, Lisboa, pp. 193-195.

- (1938), «Epigrafia do Museu Etnológico (Belém)», *O Archeologo Português*, 1ª série, Vol. XXX, Lisboa, pp. 118-125.

VEIGA, Estácio da (1879), *Antiguidades de Mafra: ou relação archeologica das características relativas aos povos que senhoreavam aquelle território antes da instituição da monarchia portugueza*, Lisboa, p.10, 26, 40, 53-55 e 61.

- (1889), *Antiguidades Monumentaes do Algarve, Tempos Prehistoricos*, III, pp. 129-130, Imprensa Nacional, Lisboa.

VV. AA. (1953), «Extensão cultural do Museu Etnológico. A) O Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia», *O Archeólogo Português*, Nova série, 2, Lisboa pp. 283-306.

ZBYSZEWSKI, G. (1959), «Étude structurale de l'aire typhonique de Caldas da Rainha», *Memória*, 3, Lisboa.

ZBYSZEWSKI, G. e FERREIRA, Octávio da Veiga (1974), «Estações paleolíticas do Bairro e do Casal da Figueira (Caldas da Rainha)», *Arqueologia e História*, 9ª série, 5, Lisboa, pp. 135-164.

ZBYSZEWSKI, G. e PENALVA, C. (1979), «Contribuição para o conhecimento do paleolítico da região das Caldas da Rainha», *Etnos*, 8, Lisboa, pp. 7-36.

ZBYSZEWSKI, G., BELO, D. e FERREIRA, Octávio da Veiga (1987), «O Paleolítico de Trás-do-Outeiro – Serrada (Óbidos)», *Arqueólogo Português*, IV série, 5, Lisboa, pp. 7-20

ZILHÃO, João Carlos Teiga (1997), *O Paleolítico Superior da Estremadura portuguesa*, 2 Vols, Colibri, Lisboa.

RELATÓRIOS DE INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS E DECLARAÇÕES DE IMPACTO AMBIENTAL

- (1986) - *Relatório da Intervenção Arqueológica Entre a Igreja de S. Tiago a Muralha Poente (1986)*, pelo Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, sob a coordenação de José Beleza Moreira e a direcção em campo de Maria de Fátima Rebelo e Helena Frade, S.R.A.Z.C.

- (1987) - *Relatório da Intervenção Arqueológica Entre a Igreja de S. Tiago a Muralha Poente (1987)*, pelo Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, sob a coordenação de José Beleza Moreira e a direcção em campo de Maria de Fátima Rebelo, Helena Frade e Artur Corte-Real, S.R.A.Z.C.

- (1988) - *Relatório da Intervenção Arqueológica Entre a Igreja de S. Tiago a Muralha Poente (1988)*, pelo Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, sob a coordenação de José Beleza Moreira e a direcção em campo de Maria de Fátima Rebelo e Artur Corte-Real, S.R.A.Z.C.

- (1988) - *Relatório da Intervenção Arqueológica na Necrópole de S. João do Mocharro (1988)*, sob a responsabilidade de Artur Corte-Real; Maria de Fátima Rebelo; José Beleza Moreira.

- (2001) *Declaração de Estudo de Impactes Ambientais – Anexo, IP6 – Peniche/IC1 (Nó com a variante a Caldas da Rainha) – Projecto de Execução*

- (2001), *Estudo da Pré-História Recente do Vale Tifónico das Caldas da Rainha*, sob a direcção científica de Patrícia Jordão e Pedro Mendes, PROVATIS.

- (2003) - *Relatório da Intervenção Arqueológica nas Ruínas do Facho (2003)*, sob a direcção científica de José Beleza Moreira e Dina Matias, Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Óbidos.

- (2004) - *Relatório da Intervenção Arqueológica na Necrópole de S. João do Mocharro (2002 e 2003)* e Apêndice ao mesmo relatório, sob a responsabilidade de José Beleza Moreira e da co-responsável Dina Matias, Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Óbidos.

- (2004) - *Relatório da Intervenção Arqueológica na Necrópole de S. Pedro (2002 e 2003)*, sob a direcção científica de José Beleza Moreira e de Dina Matias, Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Óbidos.

- (2005) - *Apêndice ao Relatório da Intervenção Arqueológica na Necrópole de S. Pedro (2002 e 2003)*, sob a direcção científica de José Beleza Moreira e de Dina Matias, Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Óbidos.

- (2005) - *Relatório da Intervenção Arqueológica Junto à Igreja de S. Tiago (2005)*, sob a direcção científica de Dina Pinheiro, Câmara Municipal de Óbidos.

- (2006) - *Relatório da Intervenção Arqueológica na Cerca do Castelo – Palco de Ar Livre (2004)*, sob a direcção científica de Dina Pinheiro, Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Óbidos.